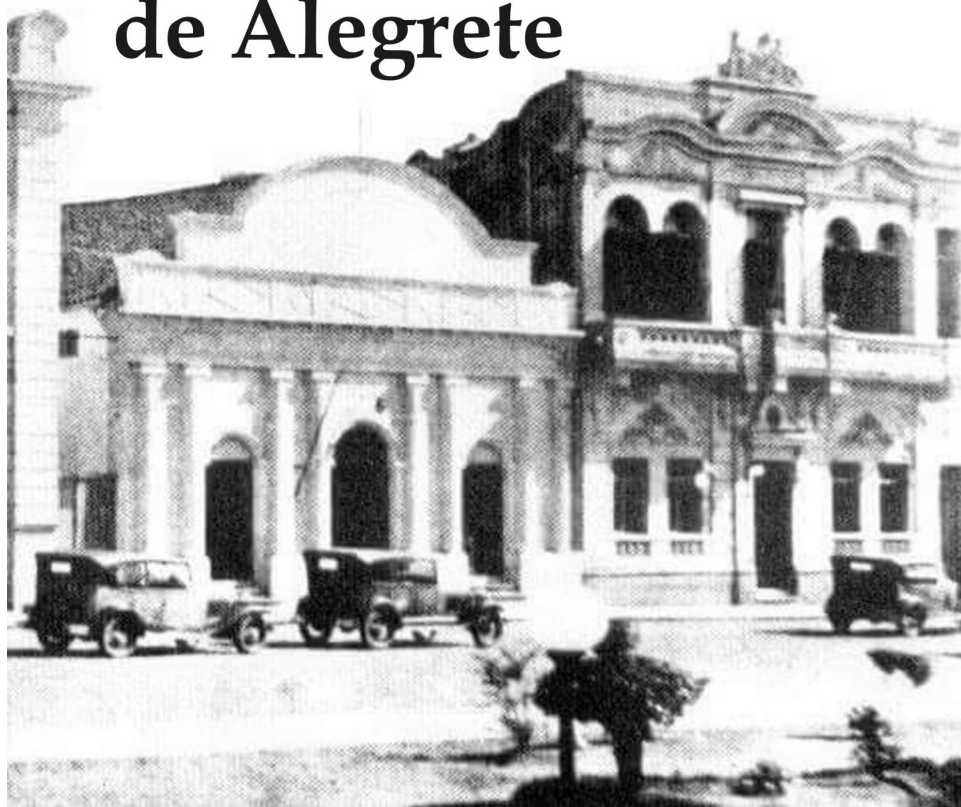


Uma História Operário-sindical de Alegrete



Anderson R. Pereira Corrêa

Anderson Romário Pereira Corrêa

**Uma História Operário-Sindical de
Alegrete:**
A formação da classe operária alegretense

1a. Edição

BAGÉ
EDITORA FAITH
2018

Título: Uma história operário-sindical de Alegrete: a formação da classe operária alegretense

Autor: Anderson Romário Pereira Corrêa

Arte da Capa: Editora Faith - origem da fotografia: Alegrete em Fotos: STOP fotos, Discos e presentes, 2007.

Diagramação: Editora Faith,

Copyright: ©2017 ©2018, todos os direitos reservados ao autor, sob encomenda à Editora Faith.

ISBN: 978-85-68221-19-8 - Livro Impresso ©2017

ISBN: 9785-85-68221-23-5 - E-book ©2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C824 Corrêa, Anderson Romário Pereira
 Uma história operário-sindical de Alegrete: a formação da classe operária alegretense / Anderson Romário Pereira Corrêa .-- Bagé,RS: Faith, 2018.
 86p.

ISBN: 978-85-68221- 23-5

1. História do Brasil 2.Historia-Alegrete
3. Historia do Rio Grande do Sul 4.Sindicalismo
5. Operário

I. Corrêa, Anderson Romário Pereira

II. Título

CDU 94(816.5)

Ficha catalográfica elaborada por Dayse Pestana – CRB10/1100

Direção Geral

Caroline Powarczuk Haubert

Revisão

Autor

Corpo Editorial

Prof. Dr. ALFREDO ALEJANDRO GUGLIANO - UFRGS

Prof. Dr. DEJALMA CREMONESE - UFRGS

Profa. Dra. ELISÂNGELA MAIA PESSÔA - UNIPAMPA

Prof. Dr. FERNANDO DA SILVA CAMARGO - UFPEL

Prof. Dr. GABRIEL SAUSEN FEIL - UNIPAMPA

Profa. Dra. PATRÍCIA KRIEGER GROSSI - PUC

Prof. Dr. RONALDO B. COLVERO - UNIPAMPA

Profa. Dra. SIMONE BARROS OLIVEIRA - UNIPAMPA

Profa. Dra. SHEILA KOCOUREK - UFSM

Prof. Dr. EDSON PANIAGUA - UNIPAMPA

Profa. Dra. MARIA DE FÁTIMA BENTO RIBEIRO – UFPEL

Sumário

Apresentação	5
Introdução	8
Capítulo 1 - A Formação do Mercado de Trabalho: aboliconismo e imigrantismo	12
Capítulo 2 - A Formação do Mercado de Trabalho: população e economia urbana	16
Capítulo 3 - A cidade de Alegrete nas publicações da época . (Re- pública Velha)	21
Capítulo 4 - A economia estagnou entre 1914 e 1918 (Primeira Guerra Mundial)	25
Capítulo 5 - Os imigrantes predominavam na economia urba- na	29
Capítulo 6 - O poder público municipal: funcionalismo e mercado de trabalho	32
Capítulo 7 - A Classe “Faz-se” para si	37
Capítulo 8 - Um Partido Operário: o Partido Socialista	41
Capítulo 9 - Organizações Operárias	45
Capítulo 10 - Os Trabalhadores no Comércio	49
Capítulo 11 - A Imprensa Operária	54
Capítulo 12 - Anarquistas em Alegrete	58
Capítulo 13 - Trabalhadores alegretenses nos Congressos Operá- rios do RS	61
Capítulo 14 - Conferências e palestras	66
Capítulo 15 - O 1º de Maio	70
Capítulo 16 - Alguns Líderes do Movimento Operário	75
Considerações finais: generalidades e particularidades do Movi- mento Operário	79
Bibliografia	83
Sobre o autor.....	85

Apresentação

A história do Rio grande do Sul precisa ser revisitada, urgentemente, para que sanemos as graves lacunas, as omissões e as visões epidérmicas que, de tantas vezes repetidas, acabam consagradas como verdades definitivas. Não é possível que continuemos deslumbrados com as excelências de um rio – como se este fosse o único – sem nos voltarmos para as energias latentes e pujantes que se comprimem nas suas margens.

A revisão de nosso processo de formação e caminhada no tempo tem de ser rápida, crítica, criteriosa e profunda, mantendo-a distante do lendário, do folclórico, do mítico, do glorificador, sob pena de continuarmos endeusando fantasmas, mistificadores e bandidos. Olhada com o mais elementar senso de responsabilidade, chega a ser assustador que a nossa historiografia, vista do alto, somente aponte heróis e mártires, santos e profetas.

Quando Bertold Brecht, no seu poema famoso, a mais de meio século, denunciava a construção de uma história sem trabalhadores, sem escravos, sem explorados e exploradores – denunciava, para quem tivesse ouvidos para ouvir, que o que tínhamos na frente dos olhos não era a história: era a edificação de um monstruosos arcabouço assentado na glorificação das elites de sempre. Mudaram-se os tempos, as bandeiras, as personagens mas permaneceram – sempre por cima – os donos do poder. É o império da história sem povo que continua dando as cartas e jogando de mano.

Por assim entender é que saúdo, de forma entusiástica e efusiva, o aparecimento desta pesquisa do professor Anderson Corrêa, integrante de uma nova safra de historiadores da Região da Campanha. Aqui, uma autentica radiografia operário-sindical de sua bela cidade

de Alegrete. Trazendo um novo olhar sobre o município de nossa região, o pioneirismo de seu trabalho cria escola, abre caminhos e descortina horizontes.

Parabéns, Professor.
João Batista Marçal, Jornalista

Introdução

O desafio de ampliar o conhecimento histórico produzido de forma “acadêmica” para uma “audiência” popular pode ser considerado uma das preocupações da História Pública. De acordo com Jurandir Malerba (2014) ao longo das últimas quatro décadas a História Pública veio se configurando num campo abrangente de estudos e com acepções diferentes em cada país. Nos Estados Unidos, faz uns quinze anos que a História Pública institucionalizou-se dentro das universidades. Na Inglaterra, a História pública é abordada como herança cultural e memória. A memória pública tem um lado apegado às tradições (conservador) e um outro lado “popular” (de resistência) proposto pelo historiador socialista Raphael Samuel. Jurandir Malerba explica que o grande público não tem acesso a uma história social, processual, estrutural, analítica, crítica. O que chega no grande público é uma história paroquial episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, de grande batalhas, em rápidas narrativas dramáticas e inflamadas. De acordo com Malerba é importante que os historiadores acadêmicos entrem nesse debate devido o cuidado que se deve ter com o ensino e as praticas didáticas. Os historiadores, segundo Malerba, devem assumir a dimensão pública de sua atividade e romper os muros da academia. O trecho a seguir exemplifica e sintetiza o que eu penso sobre a questão da produção do conhecimento historiográfico:

Há bons historiadores e historiadores ruins dentro e fora da academia, mas, aqui dentro, faz parte do ofício o processo permanente da metodização racional dos procedimentos e exposição dos argumentos e a crítica (das fontes, dos procedimentos de coleta e sistematização dessas fontes, de problematização temática e perspectivação teórica, de produção textual). Esses mesmos protocolos, esse mesmo padrão de exigência deve ser aplicado a toda historiografia, acadêmica ou não. (MALERBA, 2014)

Busco nesse modesto livro um modo alternativo de apresentação dos resultados da pesquisa ao grande público, aos TRABALHADORES.

Este livro foi elaborado a partir da dissertação de Mestrado “O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929)” defendida em 2010, na PUCRS. Construí uma narrativa mais leve e fluente do que a dissertação para que seja lida por um número maior de pessoas. A confecção desse material tem uma profunda preocupação com aspectos “didáticos”, ou seja, comunicar e ser entendido. A rigorosidade técnica e científica foram demonstradas na produção do conhecimento historiográfico (na dissertação) e servem para o diálogo entre os profissionais da área. Por experiência, acredito que as produções “acadêmicas” devem ganhar mais abrangência e chegarem ao maior número de pessoas possível. Para isso é necessário elaborar trabalhos de “comunicação” mais “didáticos”. Quero deixar claro que defendo uma rigorosidade técnica na produção do conhecimento histórico (para trabalhos que circulam no meio dos profissionais da historiografia, das ciências humanas e sociais) e aprovo produções voltadas para a comunicação e difusão para um público mais amplo. Considero o presente livro como uma resenha.

O problema de pesquisa da dissertação “O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929)” é investigar o papel dos imigrantes na formação do movimento operário local. As principais referências teóricas que utilizei foram Thompson, que demonstra o “fazer-se” da classe operária e Isabel Bilhão com a ideia da identidade “internacionalista operária”. Utilizei as mais variadas fontes e arquivos (imprensa, cartoriais, registros administrativos). A conclusão da pesquisa demonstra a presença dos elementos que constituem o internacionalismo operário atuando no Movimento Operário alegretense, a presença significa-

tiva de imigrantes e seus descendentes nas organizações operárias da cidade.

Foi por volta de 2005 que iniciei minhas pesquisas sobre a formação da classe operária em Alegrete. Fiz um levantamento de fontes em diversos arquivos. Elaborei um Projeto de Pesquisa, ingressei e concluí o mestrado em História. Preparei uma versão em livro da dissertação e publiquei em 2010. O livro publicado pela Editora Deriva ficou tão denso quanto a dissertação, com 257 páginas.

Depois de apresentar a pesquisa em Seminários e Congressos Regionais, Nacionais e Internacionais de História, em 2013 e 2014 publiquei uma série de “colunas” no Jornal Expresso Minuano, em Alegrete, com pequenos textos extraídos da dissertação. Em 2014, na semana que precedeu o 1º de Maio, fiz uma série de palestras em Escolas de Ensino Médio (Estaduais), sobre a História dos trabalhadores em Alegrete, utilizando esses textos. Fiz a apresentação da pesquisa em uma atividade alusiva ao 1º de maio na União Operária 1º de Maio, em Alegrete. Apresentei a pesquisa em programas de Rádio local. Essa pesquisa, além de ter sido publicada em Anais de Seminários e Congressos, também foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nº 149, de 2015.

Ainda em 2014 tive a ideia de elaborar um livro com esse material. Pensei em agregar imagens e ilustrações a cada texto. Convidei o amigo Rafael Mombach (neto do memorável militante social e do PCB – Thimoteo Bombach) para elaborar as ilustrações, que ficaram prontas no final de 2015.

O texto apresenta a formação de um mercado de trabalho em Alegrete, na transição do Império para a República, abordando questões como o abolicionismo e o imigrantismo. Fala da população e economia urbana. Apresenta a formação da classe operária

alegretense, suas entidades, organizações, partidos, congressos, lutas e militantes. O trabalho encerra com um balanço sobre aspectos que são recorrentes na história do movimento operário internacional e nacional e o que evidenciou-se de particularidade no movimento operário alegretense.

Capítulo 1

A Formação do Mercado de Trabalho: abolicionismo e imigrantismo

O processo de formação do “mercado de trabalho” em Alegrete teve início na transição do Império para a República. Os estudos sobre a urbanização do Rio Grande do Sul e, principalmente da região da Campanha Sudoeste, destacam a carência de mão-de-obra durante o século XIX. A historiografia regional aponta como características desse processo o “imigrantismo” e o “abolicionismo”. É importante entender como é formado o mercado de trabalho local, quem são os “construtores” da cidade, no sentido da mão-de-obra necessária à construção das estruturas urbanas e o desenvolvimento das relações capitalistas de produção com a generalização do “trabalho assalariado”. A urbanização de Alegrete se deu a partir dos excedentes dos produtos e subprodutos advindos da pecuária e da agricultura. Desenvolveu-se na cidade um setor ligado ao comércio, aos serviços urbanos, artífices, artesãos e manufaturas (pequenas fábricas).

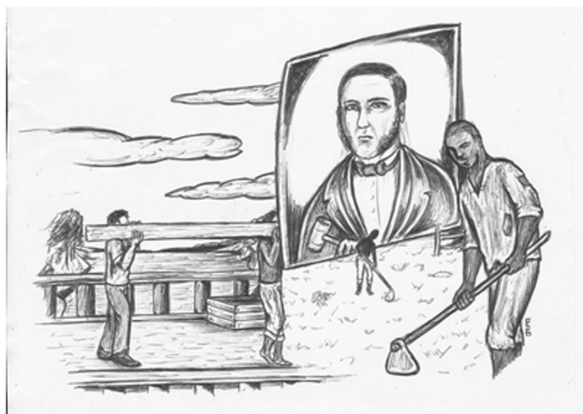


Figura 1 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

Nas últimas décadas do Século XIX, ainda no Império, a Câmara de Vereadores queixava-se freqüentemente da falta de mão-de-obra na cidade para a construção dos equipamentos urbanos e dinamizar as atividades econômicas e culturais. A formação de um mercado de trabalho necessitava da liberdade jurídica dos trabalhadores. Muitos trabalhadores em obras públicas, como a construção da ponte em 1859 (atual ponte Borges de Medeiros) vieram de outras localidades como Porto Alegre e Rio Pardo. Mas não eram somente trabalhadores “livres” que vieram para a construção da ponte, vieram também escravos.

Logo após a elevação de Alegrete a categoria de Cidade tem início um período de transformações e urbanização, fica evidente a carência de mão-de-obra e de prestadores de serviços de que as construções necessitavam. Na Sessão do dia 17 de julho de 1860 da Câmara de Vereadores, em seu relatório fiscal, os vereadores justificavam: “(...) diz não lhe ter sido possível mandar fazer a limpeza das ruas, por não achar pessoa que se queira encarregar dele por razoável que pareça, (...)”.

Os registros da Câmara apresentam uma enormidade de concessões de terrenos urbanos devolutos, determinando prazos para a construção das residências nos respectivos terrenos. É destaque a presença de muitos imigrantes pedindo licença para construir suas residências na cidade. Na Sessão do dia 14 de janeiro de 1861 da Câmara de Vereadores, aparecem dois requerimentos de “proprietários”, pedindo para que seja prolongado o prazo para reedificar as frentes de suas propriedades “visto que lhe não tem sido possível contratarem operários para fazerem essa reedificação pela escassez de que se recente esta Cidade desses operários”.

De acordo com o Código de Posturas da cidade, de 31 de Outubro de 1859, em vários artigos é demonstrada a limitação das atividades econômicas e profissionais que poderiam ser exercidas pelos escravos. Os escravos em Alegrete, eram, em sua grande maioria, trabalhadores rurais (campeiros). Eram poucos escravos com

profissões de artífices para a demanda da cidade. Os registros de matrículas de escravos de 1859 apontam 2.525 escravos; em 1884, são 1.200; em 1885, aparecem 30 e, em 1887, não existem escravos registrados. (Em 1890 a população do município de Alegrete girava em torno de 16.250 pessoas) Observa-se que, ao mesmo tempo que ocorre o crescimento da demanda de serviços e obras urbanas, ocorre a liberalização da mão-de-obra e a formação de um mercado de trabalho.

Nos registros da Câmara identificaram-se vários pedidos de terrenos para construir, por parte de imigrantes, percebe-se, também, que algumas obras urbanas eram atrativo para trabalhadores imigrantes. As obras do “Theatro” terminam em 1862; a ponte sobre o rio Ibirapuitã é entregue ao público em 1873; a construção do Hospital de Caridade inicia em 1872 e tem fim em 1876; a obra da Intendência inicia em 1876 e termina em 1879; a construção do Quartel de Infantaria tem início em 1879. Em 15 de agosto de 1883, é fundada em Alegrete a Unione Italiana, demonstrando a presença de razoável número de imigrantes italianos na cidade.

É importante observar a ação dos indivíduos e grupos políticos e sociais no sentido da “libertação” dos escravos na cidade. Da mesma forma que haviam fugas e outras formas de resistência, houve a ação política de grupos como os maçons e os abolicionistas. Na imprensa de Porto Alegre, em 1874, encontra-se: “Na inauguração da loja Triunfo da Razão, em Alegrete, os maçons contribuem para o Tronco da Beneficência, com a finalidade de alforriar escravos.” Em Alegrete, o “Clube Emancipador”, durante a presidência do Comendador Luiz de Freitas Valle, emancipa mais de 500 escravos. A cidade de Alegrete promulga lei acabando com a forma jurídica da escravidão, por Lei Municipal de 07 de setembro de 1884 e o município (rural), em 31 de dezembro do mesmo ano. Embora houvesse acabado a escravidão no “direito”, de fato ela ainda continuava.

A Câmara de Alegrete defende o “imigrantismo”, no sentido

de valorização da mão-de-obra imigrante, assim como defende a “colonização”. Porém, em relação às “colônias”, os representantes (vereadores) desejavam que o governo desapropriasse terras para criar colônias tanto para imigrantes, quanto para libertos. Sobre a escravidão, a Câmara pronuncia-se: “De efeitos negativos, ela (a escravidão) é mesmo um obstáculo tremendo à imigração de que tanto carece o país, que, com o trabalho livre, superará as dificuldades financeiras que o atrasam e vencerá a grandeza natural e moral a que tem incontestável direito.” Os representantes alegretenses, depois de proporem que a Assembléia aja no sentido de criar um imposto progressivo sobre a posse e venda do escravo, como medida que dificulte sua posse, propriedade e negócio, ainda defende uma “imposição direta sobre a propriedade”, como lê-se no seguinte texto: “Terra aos imigrantes e aos libertos, pela redução que este imposto opera sobre as extensas áreas de campo: garantias de colônia.”

Observa-se que, em Alegrete, na transição do Império para a República, havia uma carência de mão-de-obra, e que aqui também existiu o mesmo fenômeno identificado no Rio Grande do Sul denominado de “imigrantismo” e “abolicionismo” - para a criação de um mercado de trabalho. A formação do mercado de trabalho em Alegrete continua nos primeiros anos da República.¹

¹ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.77-84.

Capítulo 2

A Formação do Mercado de Trabalho: população e economia urbana

No final do século XIX e início do século XX, o município de Alegrete passava por uma série de transformações e necessitava de mão-de-obra para a “construção” da cidade e o “desenvolvimento” das forças produtivas dentro do modo de produção capitalista. A maior parte das cidades, e as mais antigas do Rio Grande do Sul, localizavam-se no litoral e nas fronteiras da metade sul do estado.

Populações das cidades da região da fronteira sudoeste

Cidades	Ano 1890	Ano 1900	Ano 1920
Alegrete	16.250	18.449	27.000
Bagé	22.690	28.956	43.800
Dom Pedrito	12.441	14.441	20.000
Itaqui	7.870	9.185	13.000
Livramento	17.167	21.843	30.000
Quaraí	8.333	11.402	15.000
Rosário do Sul	9.431	9.054	22.000
São Borja	15.958	17.244	28.500
São Francisco	10.669	10.840	21.100
São Gabriel	20.046	17.109	28.000
Uruguiana	11.352	23.194	33.500

Quadro 1 - Fonte: Corrêa, 2010, p.104

As seis principais cidade da região, pela ordem, eram: Em 1890 (Bagé, são Gabriel, Livramento, Alegrete, São Borja e Uruguiana), em 1900 (Bagé, Uruguiana, Livramento, Alegrete, São Borja e São Gabriel) e em 1920 (Bagé, Uruguiana, Livramento, São Borja, São Gabriel e Alegrete). A cidade de Alegrete inicia o período Republicano em quarto lugar em termos populacionais e em 1920 fica em sexto lugar. Bagé e Livramento se mantêm e Uruguiana cresce.

População de Alegrete (1890-1921)

Ano	1890	1900	1907	1921
Município	16.337	21.087	25.120	30.905
Cidade	4.526	5.691	6.716	11.257
Nacionais	15.339	-	-	27.875
Estrangeiros	998	-	-	2.420

Quadro 2 - Fonte: Corrêa, 2010, p.105

Em 1890, os 4.526 habitantes da cidade correspondiam a 27,70% da população. Em 1921, os 11.257 habitantes da cidade correspondiam a 36,42% da população. Existe um aumento de 10% na população urbana no período de 30 anos. Sobre a naturalidade dos habitantes, em 1890, os 998 imigrantes correspondiam a 6,10% da população. Em 1921, os 2.420 imigrantes correspondiam a 7,8% da população. Em 1920, o Estado do Rio Grande do Sul possuía 6,91% da população imigrante. A proporção de imigrantes em Alegrete é maior que a média de imigrantes do Estado.

A compreensão da situação ocupacional da população alegretense é possível através da comparação com a realidade da época. Em 1920, a distribuição da população do Rio Grande do Sul, de acordo com os setores econômicos, era a seguinte: 3,88% na Indústria, 4,46% no setor de Serviços e 72,70% em Diversos. Em Porto Alegre, a população estava dividida assim: 11,64% na indústria, 14,91% em Serviços e 68% em Diversos. A cidade de Rio Grande possuía a seguinte realidade: 12,21% na indústria, 13,92% em Serviços e 64% em Diversos. A ocupação da população de Alegrete estava assim distribuída: 6,09% na indústria, 5,67% em Serviços e 71,68% em Diversos. Os números mostram que o município possuía índices superiores à média do Estado em relação à proporção da população ocupada na indústria e no setor de serviços. Em Alegrete, em 1920, existem 2.031 pessoas trabalhando no ramo industrial. As cidades da região também apresentam números superiores a média do Estado. Na região, Alegrete era a segunda cidade em termos proporcionais, com trabalhadores envolvidos no ramo industrial. Em

termos absolutos, a cidade de Alegrete fica em quarto lugar comparando-a com as cidades da região.

É possível apresentar a divisão mais detalhada da população da cidade de Alegrete nos setores da economia. A tabela a seguir destaca a distribuição da população de Alegrete entre indústria, o que pode ser definido como serviços que são: transportes, comércio, força pública, administração e profissionais liberais. Um outro ramo denominado “Diversos”, exploração do solo e exploração mineral. Dentro do “Diversos”, imagina-se que podem estar os trabalhadores jornaleiros, diaristas, peões, entre outros. A exploração do solo confunde-se com exploração mineral, porém a exploração do solo possivelmente possa ser a agricultura e a exploração mineral a cantaria (extração de pedras), entre outras. A tabela apresenta também os números referentes à população masculina e feminina, apresentando as ocupações que as mulheres exerciam.

População de Alegrete nos diversos ramos da economia (1920)

Setor	Homens	Mulheres	Total
Indústria	1.087	964	2.031
Transporte	396	03	399
Comércio	714	16	730
Força Pública	274	-	274
Administração	175	30	205
Profissionais Liberais	189	94	283
Diversos	8.787	15.105	23.894
Exploração do solo	4.843	511	5.359
Exploração mineral	155	-	155
Total	16.605	16.725	33.330

Quadro 3 - Fonte: Corrêa, 2010, p.115

No município, a grande maioria dos trabalhadores concentra-se na categoria “Diversos”. Como a maioria da população vive na zona rural e os trabalhadores na agricultura já estão representados (exploração do solo), especula-se que a categoria “diversos” incluía

peões, jornaleiros e outras atividades urbanas e rurais. Na cidade, entre as profissões urbanas, a mais significativa é dos trabalhadores na indústria. Em segundo lugar, aparece o setor de Serviços, com um total de 1.891 trabalhadores. Se analisados em separado, percebe-se que os trabalhadores na indústria são bem superiores em número a qualquer uma das outras categorias tipicamente urbanas. É importante lembrar que “indústrias” podem ser empresas familiares e artesanais, também designadas por oficinas. A “Força Pública” e “Administração” podem ser os servidores públicos tanto municipais, quanto estaduais ou federais, que somam 479. O setor em que existe equilíbrio entre homens e mulheres é o industrial e, depois, entre os profissionais liberais. A maioria das mulheres estava classificada entre os “Diversos”; quer dizer, neste segmento elas eram a maioria, aproximadamente o dobro.



Figura 2 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

A cidade de Alegrete, no período da República Velha (1899-1930) era uma das principais cidades da região e do Estado. Fazia parte das primeiras e principais cidades da rede urbana do Rio Grande do Sul. Possuía quase 40% da população vivendo na cidade. A presença de imigrantes era bem significativa em relação a média de imigrantes do Estado. Possuía atividades econômicas urbanas bem desenvolvidas para os padrões da época, com significativa presença de trabalhadores nos ramos industriais, comerciais e de serviços.²

² CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.87-101.

Capítulo 3

A cidade de Alegrete nas publicações da época (República Velha)

Faz parte da História dos Trabalhadores ou do “Mundo do Trabalho” a relação entre capital e trabalho. Por isso faz-se necessário conhecer as estruturas econômicas onde os trabalhadores empregavam sua força de trabalho. Para construir os equipamentos urbanos: os prédios, as ruas, pontes e praças é necessário a força de trabalho. As formas de produção de riqueza e prestação de serviços, em fim, não existe produção e nem circulação de riqueza sem o trabalho. Nesse pequeno texto procura-se demonstrar os equipamentos urbanos e as “unidades de produção/forças produtivas” urbanas - que empregavam a mão-de-obra dos trabalhadores, tanto na produção quanto na prestação de serviços. Pretende-se demonstrar como os cronistas e autores descreviam a urbanização e as atividades econômicas de Alegrete no início do Século XX. São publicações que circularam pela cidade e pelo Estado nas primeiras décadas de 1900 que nos dão uma ideia de como o Alegrete era “visto” por seus contemporâneos.

Em 1908, Ernesto Antonio L. Cunha destaca que: “Existem no município 300.000 cabeças de gado *vaccun*; 50.000 de *cavallar*; 115.000 de lanígero; e 1.000 de muar. A exportação de gado se faz para os saladeiros da cidade de Quarahy, para os da barra do rio do mesmo nome e para a cidade de Sant’Ana do Livramento.” Segundo o autor, a indústria fabril é pouco desenvolvida, havendo apenas uma fábrica de massas, duas de cerveja e várias olarias. O comércio é próspero e a produção do município é exportada para fronteira. Importa do interior do Estado e do Rio da Prata.

Versão da Planta de Alegrete apresentada ao governo do Estado em 1927 por Saturnino de Brito.



FIGURA 03
Fonte: (BRITTO, 1944.p.272A)

Hemetério José Veloso da Silveira comenta em 1908 que o município de Alegrete é reduzido após a emancipação de três povoações. Sobre as três povoações que têm origem a partir de Alegrete, o autor afirma que se tornam mais importantes que a antiga sede: “Uruguaiana, que desde sua elevação à vila, preparava-se para levar vantagem sobre Alegrete, conseguiu-a por fim.” Hemetério aponta ainda que Livramento é mais populosa e importante do que Alegrete, devido à condição de fronteira e mesmo Quaraí, embora um pouco menor, possui mais importância devido à fronteira e ao Saladeiro. O mesmo autor escreve ainda que a cidade de Alegrete possuía vinte e nove ruas, sendo 13 de norte a sul e 16 de leste a oeste. Destaca a existência das estações telegráfica e da estrada de ferro, a agência do correio, a igreja matriz, o teatro, o jornal Gazeta de Alegrete, a Santa Casa, os quartéis. Apresenta também a quantidade de empresas comerciais, artesanais e depofissionais liberais.

Em 1920, dos 10 maiores produtores de gado bovino do Esta-

do, 8 são da campanha, entre estes, o primeiro lugar é ocupado por produtor de Alegrete. Em relação ao gado equino, Alegrete também ocupa o primeiro lugar. Em 1922, a “Revista Máscara” apresenta o seguinte texto: “Cidade de Alegrete – Entre as mais ricas e florescentes cidades de nosso interior, a de Alegrete ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares, pela sua cultura, comércio e riqueza.” Ainda de acordo com a Revista, a cidade conta com mais de 1.500 prédios, entre eles: Igreja Matriz, Capela do Divino, Casa de Caridade, Teatro 13 de Maio, Intendência, Casino Alegretense, Beneficência Italiana, Quartel das Tropas Federais etc. A edificação está dividida em mais de 30 ruas muito bem conservadas. Existem quatro belos jardins públicos e, desde 1908, a cidade é iluminada por luz elétrica. Pela situação estratégica, é sede de um forte contingente militar. A população do município é de 30.000 e a da cidade orça em 12.000 pessoas. A principal indústria é a pastoril.

Sobre as atividades econômicas urbanas em Alegrete, Alfredo R. da Costa destaca que, no ano de 1922, além de várias oficinas, existiam na cidade 08 fábricas: 01 fábrica de moer café, 01 fábrica de massa, 01 fábrica de conservas, 01 fábrica de mosaicos, 01 fábrica de gasosa, 02 fábricas de sabão e 01 de fogos de artifício.



Figura 4 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

Em 1922, Alfredo da Costa frisa que “Alegrete é uma das boas e futuras (sic) cidades da campanha do Estado.” A cidade tem de norte a sul 1.800 metros e de leste a oeste 1.200 metros. São 33 ruas bem delineadas. Segundo o autor: “As ruas principais denominam-se: Ypiranga, Andradas, General Victorino e Mariz e Barros. Nestas, está a vida local – as principais casas comerciais, hotéis, todas as repartições públicas, os melhores prédios (...)” Conta 1.959 prédios, sendo 11 sobrados, 15 assobradados e 1933 térreos. A cidade é movimentada, sede de um importante município pastoril do Estado, conta com regular serviço de veículos, a estação férrea tem grande movimento, possui rede telefônica, estação telegráfica, rede postal diária, filiais dos bancos Pelotense, Nacional do Comércio e da Província; a água é distribuída por pipas, existem mais de 1.000 veículos, sendo 150 automóveis..³

³ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.96-101.

Capítulo 4

A economia estagnou entre 1914 e 1918 (Primeira Guerra Mundial)

O texto a seguir tem por objetivo demonstrar o perfil das atividades econômicas urbanas em Alegrete no período da República Velha. Para isso, apresenta-se uma pequena introdução contextualizando e definindo conceitos teóricos, em seguida segue a análise dos dados levantados em fontes primárias. Os dados que serão apresentados a seguir foram extraídos dos Livros de Cobrança de Impostos Sobre Comércio, indústria e profissões, da Intendência de Alegrete, do período de 1901 a 1929. Estes códices encontram-se no Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade.

No Brasil não acontece o mesmo processo de desenvolvimento das força produtivas como há na Europa. Aqui conviviam formas distintas (...). Neste processo de formação industrial, era enorme a quantidade de pequenas indústrias ou pequenas oficinas artesanais de fundo de quintal. Elas constituíam numericamente a maioria. Sobre a industrialização de São Paulo em 1901 sabe-se que “É incalculável o número de tendas, de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, graxas, óleos, de tintas de escrever, fundição, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus, que funcionavam em estalagens, em fundos de armazéns (...)”. (SEGATTO:1987.p.15) Sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, durante a República Velha, o parque industrial rio-grandense era composto por um grande número de pequenas empresas, com reduzido capital, caracterizadas pela presença do trabalho artesanal com o mínimo uso de máquinas. A maioria das empresas trabalhava com beneficiamento de produtos de origem agropecuária ou de matéria-prima local. As três formas ou modali-

dades de transformação de matéria-prima e beneficiamento dos produtos são: artesanato, manufatura e fábrica. Pelas características destas unidades produtivas, pode-se dizer que: artesanato é sinônimo de oficina e indústria, sinônimo de fábrica. São sinônimos porque possuem o mesmo nível tecnológico e forma de trabalho. (PESAVENTO:1991,p.230)

Abaixo apresenta-se o Quadro que foi elaborado com as informações dos Livros de Cobrança de Impostos sobre Comércio, Indústria e Profissões do período de 1901 a 1925:

Ano	Fábricas	Profissões	Ofícios	Serviços	Comércio	Total
1901	02	26	51	28	66	173
1903	04	37	78	42	118	279
1904	04	44	76	17	126	267
1905	03	20	71	19	118	231
1906	03	15	55	28	118	219
1907	04	16	56	32	123	231
1908	05	15	58	31	120	229
1909	04	25	66	23	136	255
1910	04	23	68	41	130	266
1911	07	18	76	16	151	268
1912	04	23	68	50	149	294
1913	06	12	62	66	192	338
1914	05	17	69	72	213	376
1915	04	11	67	70	178	330
1916	04	21	60	67	149	301
1917	03	21	59	48	143	274
1918	05	32	61	47	158	303
1919	07	27	69	50	176	329
1920	08	26	66	69	180	349
1921	09	18	67	82	177	353
1922	13	29	67	85	184	378
1923	05	28	51	58	145	287
1924	06	21	58	64	140	289
1925	04	25	31	78	115	253

Quadro 4 - Fonte: Corrêa, 2010, p.124

Para a análise das informações dos registros sobre Alegrete, classificou-se as atividades em cinco grupos: Comércio, Serviços, Ofícios, Profissões e Fábricas. Comércio é toda atividade de venda de algum objeto ou produto material (Armazém, farmácia, drogaria,

açougue, botequim, Barraca de Frutos etc.); Serviços ou Prestação de serviços são aquelas atividades onde é vendido um “serviço” (Hotel, pensão, restaurante, barbearia, Clubes, Depósitos, Bancos, Cartórios etc.); Como profissões são apresentadas as atividades profissionais (oficial de pedreiro, advogado, médico, pintor, dentista etc.). As oficinas são as atividades artesanais (sapateiros, alfaiates, marceneiros, ferreiros, entre outros.). Fábricas são aquelas atividades produtivas onde é empregada força motriz (máquinas), são pequenas manufaturas.

De 1901 a 1903, há um grande aumento no número de registros de comércio, indústria e profissões. Inicia-se um período de redução dos registros, que vai até 1907. De 1907 até 1914, há um progressivo aumento no número de registros. De 1914 a 1917, ocorre uma queda acentuada, recuperando-se novamente a partir de 1918, com recorde de registros em 1922. De 1922 a 1928, acontece uma progressiva queda nos registros da economia urbana. O comportamento da economia urbana é semelhante à da economia geral do município, na primeira década do século XX. A queda registrada durante a primeira guerra, tanto na economia geral, quanto na economia urbana, demonstra uma possível relação entre as duas. O ano com o maior número de registros de empresas urbanas é 1922, ocorrendo um decréscimo a partir de 1923. Comparando com a economia geral do município, ocorre o contrário, é o período de elevação da arrecadação. Uma justificativa para isso é a política fiscal de Oswaldo Aranha, assim como aquela dos intendentess posteriores que não cobravam impostos de “Comércio, indústria e profissões”. Portanto, através desta fonte, não se pode saber se há aumento nos empreendimentos a partir de 1925.

Após analisar ano a ano os registros foi possível construir uma média de incidência para o período de 1901 a 1925, possibilitando estabelecer generalizações: Os ofícios e fábricas apresentam um total de 24% das atividades econômicas, já o setor de serviços, de um

modo geral, apresenta um total de 76% das atividades. Alegrete, no Período da República Velha (1889 – 1930), era uma cidade onde predominava o comércio, serviços e artesãos.⁴

⁴ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.101-103.

Capítulo 5

Os imigrantes predominavam na economia urbana

É importante destacar a participação de imigrantes no mercado de trabalho e economia urbana de Alegrete no período (1889-1930). Para isso, procurou-se identificar possíveis imigrantes e seus descendentes a partir dos nomes e sobrenomes. Identificou-se os nomes de possíveis italianos e alemães entre os proprietários de firmas comerciais, oficinas, indústrias, prestadores de serviços e escritórios. Quantitativamente, o período de 1909 a 1919 é o que possui o maior número de registros de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais de possíveis imigrantes e/ ou descendentes de alemães e italianos na cidade de Alegrete. Como os registros são projeções de um ano para o outro, o mais correto é afirmar que os anos entre 1908 e 1918 têm a maior presença de imigrantes participando de alguma atividade econômica urbana.

Tratando-se de proporcionalidade, em termos percentuais, a presença imigrante varia 16% e 40 %. Há um período de ascensão dos registros no início do século XX, até, aproximadamente, 1909, ano em que ocorre a maior presença relativa (40%), estabilizando-se numa média de 35% no período que vai de 1909 a 1919, e decaindo nos anos subsequentes, com o registro de 16%, em 1926. É possível verificar que a primeira década do século XX é a que apresenta maior participação de nomes estrangeiros na economia urbana alegretense. O ano de 1909 é o ano em que aparece o maior número de registros, incidindo, inclusive, sobre a proporcionalidade (40%).

Na foto abaixo a rua dos Andradas em 1908 por Luiz Araújo Filho. É nessa rua que aparece o maior número de registros de atividades econômicas no período. A foto registra possivelmente os carros (carroças) da firma de transporte entre Alegrete e Quaraí dos



Figura 05

Fonte: (ARAÚJO FILHO, 1908)

Somente pela grafia dos nomes são identificados 102 possíveis descendentes de italianos e alemães no ano de 1909. Utilizando uma lista de estrangeiros de 1890, é possível identificar alguns espanhóis e portugueses. Ampliando o número de possíveis imigrantes para italianos, alemães, franceses, portugueses, espanhóis e árabes, há aumento de 20 nomes nos registros. A porcentagem na participação passou de 40% para 47,89%. É possível que seja bem maior o número de imigrantes na cidade, visto que nem todos os espanhóis e portugueses estão na lista de 1890, assim como muitos, possivelmente, tenham chegado depois, e sabe-se da permanência de muitos argentinos e uruguaios na cidade, dada a proximidade com a fronteira.

Analisando o ano de 1909, é possível identificar que a maioria dos possíveis imigrantes com empresas cadastradas na cidade eram italianos; em segundo lugar, aparecem alemães; e, em terceiro, espanhóis. Os italianos eram maioria com sapatarias, ferrarias, hotéis; desempenhavam ofícios como pedreiros, mestre-de-obras e funileiros. Eram exclusivos nas alfaiatarias, na fábrica de massas, como arma-

dor fúnebre e fotógrafo. Os alemães eram maioria com Depósito de Madeiras e ourivesaria, exclusivos com relojoaria. Os espanhóis eram exclusivos com tipografia, livraria e empresa telefônica. De 20 atividades classificadas como oficinas, em 09 atividades a exclusividade fora de imigrantes; em 08, apareciam tanto imigrantes quanto nacionais, sendo que, destes 08. Em 05 casos, os imigrantes eram maioria e, em 03, os nacionais apareciam em vantagem. Os imigrantes destacavam-se entre os artesãos de Alegrete. No ramo do comércio, onde aparece o maior número de registros, os nacionais representam 58,51% dos registros. O segundo grupo no ramo do Comércio é composto pelos italianos.

Os registros confirmam o que Núncia Santoro de Constantino descreve sobre as “colônias urbanas.” Segundo a pesquisadora, é numeroso e variado o elemento italiano nas cidades, abrangendo todos os ramos de atividades econômicas: são médicos, professores de música, padres, alfaiates, pedreiros, padeiros, ourives, garçons, porteiros, fotógrafos, cozinheiros, tintureiros, vendedores ambulantes. Referindo-se ao Relatório do Agente Consular, Francesco de Velutiis (1908) transcreve: “(...) são poucos os imigrantes italianos que trabalham para patrões.” Estes imigrantes estabelecem oficinas e comércio próprio.

A presença de imigrantes na economia urbana de Alegrete no início do século XX é bem significativa. Se o número de imigrantes na população geral gira em torno de 07%, a presença de imigrantes nas atividades econômicas em torno de 35% é bem significativa. Existiam alguns ofícios, indústrias e serviços que algumas famílias de imigrantes possuíam o monopólio da atividade na cidade.⁵

⁵ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.111-115.

Capítulo 6

O poder público municipal: funcionalismo e mercado de trabalho

Para destacar a importância do “Poder Público Municipal” no mercado local das pequenas cidades da Alemanha no Séc.XIX, Karl Marx diz que, as tarifas da corte e da aristocracia tornavam-se essenciais à sua existência. Em cidades pequenas, uma guarnição militar, um governo municipal, um tribunal, geralmente constituem a base da prosperidade. Qual a participação da Intendência de Alegrete (Prefeitura) como prestadora e consumidora de serviços?

No início do Século XX os serviços públicos eram: Higiene Pública, Instrução Pública, Asseio Público, Iluminação Pública, Guarda Pública, Matadouro Público e Obras Públicas. Não fazem parte desta análise os serviços e empregados em repartições estaduais e federais. A prestação de serviço público por parte da Intendência divide-se em serviços diretos e serviços indiretos (terceirizados). Os serviços diretos possuem um quadro de trabalhadores que compõem o “funcionalismo” municipal.

Em Relatório de 1897, o Intendente João Benício diz que exigiu dos proprietários o conserto de prédios, muros e calçadas. Ele reclama da falta de mão-de-obra para execução dos trabalhos. Em 1919, declara João Benicio, que em relação às Obras Públicas, a cidade é prejudicada, tanto pela escassez de materiais, quanto de operários. Os motivos são de duas ordens: a *Gripe Espanhola* e a necessidade de utilizar a mão-de-obra saudável na colheita de arroz ou no Frigorífico em Rosário do Sul. O Banco Pelotense, para construir sua sede, tinha que empregar operários vindos de Porto Alegre. Já em 1930, o intendente Antonio de Freitas Valle descrevia a grande quantidade de operários na cidade. Ele diz que as obras de saneamento mobilizam cerca de 700 operários. Antonio de Freitas Valle

“moderniza” a estrutura organizacional da Intendência e amplia os serviços prestados por ela: Secretaria do Município; Secretaria da Fazenda, subdividida em três subseções – contadoria, tesouraria e lotadoria; Secretaria de Obras Públicas, com um secretário, um sub-secretário e um escriturário; A oficina de carpintaria; Ferraria e Instalação Sanitária. Um exemplo de situação onde a Intendência abastece-se de produtos, bens e serviços no mercado local e regional. Ao tratar da Guarda Municipal, Frederico Ortiz, em 1899, afirma ter feito pagamento a Francisco Lourenço por conserto nos calçados da guarda.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de funcionários públicos municipais.

Ano	Total de funcionários	Funcionários urbanos
1908	-	38
1912	101	91
1915	138	88
1919	-	51
1920	-	65
1922	-	96
1932	-	84

Quadro 5 - Fonte: Corrêa, 2010, p.144

Aparece, então, uma média geral de 73 funcionários municipais pro período de 1908 a 1932. Os Relatórios de 1912 e 1915 apresentam uma média elevada no número de funcionários públicos, principalmente em relação à guarda municipal. É importante ressaltar que os efeitos da crise econômica da Primeira Guerra no município não são percebidos nos primeiros anos, refletindo, sim, no Relatório de 1919, com uma redução no número de funcionários. Na década de 20, o crescimento no número de funcionários municipais dá-se a partir de 1924, período de recuperação da economia do município e dos acordos políticos. Fica claro que grande parte dos investimentos municipais era destinada à Segurança. Em 1926, Oswaldo Aranha diz que a polícia é a maior consumidora dos

dinheiros públicos, ocupando 50% da receita.

Os Relatórios dos anos de 1912, 1919 e 1932 apresentam números mais completos, além de definirem melhor os funcionários urbanos dos rurais. O quadro a seguir mostra a presença de imigrantes no funcionalismo publico municipal

A presença de imigrantes ou descendentes no quadro dos funcionários públicos municipais não era significativa em termos de números totais; porém, em termos porcentuais representa um índice superior à presença imigrante em relação à população total do município no período.

Os serviços terceirizados eram: a limpeza urbana, o Matadouro Municipal, a iluminação pública, o tratamento de água, a publicação do expediente da Intendência, a ponte Borges de Medeiros. Esporadicamente, aparecem serviços de calçamento e outras obras urbanas. Em 1900, dos três serviços terceirizados, todos eram contratados com imigrantes. Em 1908, são sete contratos – destes, quatro na cidade e todos os quatro com estrangeiros ou descendentes: Matadouro – João S. Funck; Luz Elétrica – Bromberg & Cia; Água Filtrada – Dornelles & Blessmann; Publicação Expediente – José Celestino Prunes. Em 1917 e 1919, aparece ainda Henrique Paillot para a Remoção do Lixo.

O número total de registros relacionados à compra e prestação de serviços é de 202, embora muitos nomes sejam repetidos em algumas administrações. Da mesma forma com os possíveis imigrantes, estes apresentam um total de 97. São 52% de nacionais e 48 % de possíveis imigrantes que possuem relações econômicas, comerciais ou profissionais com a Intendência Municipal. Praticamente a metade das atividades econômicas que se relacionam com a Intendência é de possíveis imigrantes e/ou seus descendentes.

Dos 202 nomes que possuíam relações comerciais e profissionais com a Intendência, o número reduz-se a 153, devido ao fato de alguns nomes repetirem-se no decorrer dos anos. Das 153 pessoas

que se relacionam economicamente com a Intendência, no período de 1900 a 1922, aparecem 67 de possíveis imigrantes ou seus descendentes. Assim, um total aproximado de 43,79% de imigrantes nas relações econômicas da Intendência. Na sua maioria, artesãos e profissionais.

Francisco Lourenço (Lorenzo) é a pessoa que mantém relação econômica e profissional com a Intendência por mais tempo. Lourenço era italiano e foi presidente da Sociedade Italiana de Alegrete várias vezes. José Repetto (Giuseppe Repetto Morgavi) também italiano, foi fundador desta Sociedade, exercendo a presidência ou ocupando várias vezes cargos na Diretoria. Aparece em vários Relatórios da Intendência como chefe da turma de trabalhadores da Secretaria de Obras. Ao tratar da Guarda Municipal, o Intendente Frederico Ortiz, em 1899, afirma ter feito pagamento a Francisco Lourenço por conserto nos calçados da guarda municipal.

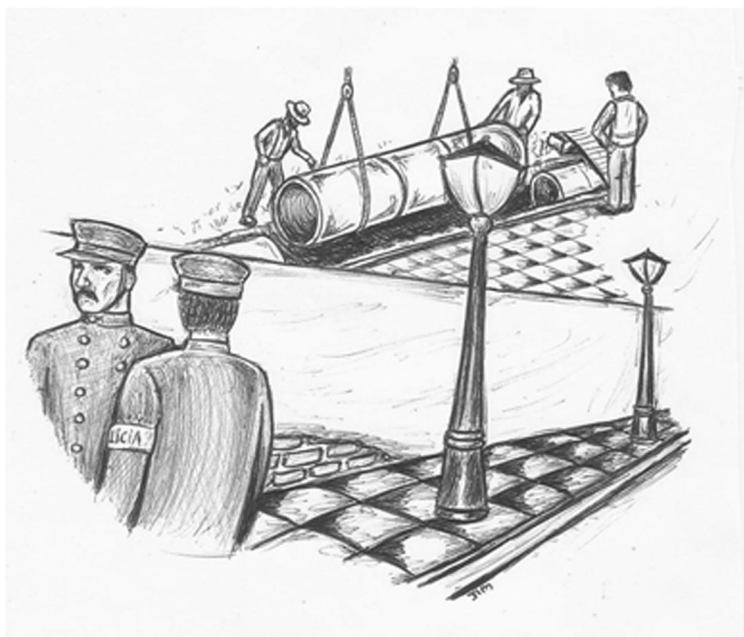


Figura 6 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

A Intendência Municipal de Alegrete empregava uma média de 73 funcionários no período da República Velha, e mobilizava em torno de 153 pessoas com atividades econômicas, que eram fornecedores de bens e serviços à Intendência. No final do período em análise, a Intendência adquire oficinas próprias e pode ter deixado de ocupar os serviços dos artesãos. Este fato juntamente com as obras de Saneamento proporcionam a ampliação da oferta de emprego na cidade pelo poder público (funcionalismo). A presença de imigrantes é significativa no funcionalismo, destacava-se nos serviços terceirizados e era praticamente a metade do grupo que vendia e fornecia bens e serviços à Intendência.⁶

⁶ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.113-123.

Capítulo 7

A Classe “Faz-se” para si

A origem da organização da classe operária em Alegrete aconteceu principalmente por meio da ação planejada e coordenada de alguns militantes operários internacionalistas e socialistas. O movimento operário alegretense do final do Século XIX e início do Século XX é caracterizado por associações, jornais, conferências, meetings, comemorações e protestos no 1º de maio. Em Alegrete, no período em análise, só é encontrado um único registro de Greve, em 1914, por parte dos ferroviários e o motivo era a falta de pagamento. Estas ações tinham por objetivo defender e conquistar direitos para os trabalhadores de Alegrete.

A organização do movimento operário internacional passa também por um conjunto de ações estratégicas coordenadas a partir de certas instâncias organizacionais: a Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T), o Partido Social Democrata Alemão, o Partido Social Democrata Português o Partido Social Democrata Italiano, entre outros. No Brasil e no Rio Grande do Sul, havia células ou núcleos destes partidos e organizações. Estas ações coordenadas aconteciam tanto através das ações “institucionais” do movimento operário (seus congressos), como através da atitude de militantes que peregrinavam pelas cidades semeando a organização, a luta dos trabalhadores e as primeiras associações operárias. A organização do movimento operário alegretense foi também obra de ativos militantes socialistas internacionalistas que organizam um jornal operário (Social), um núcleo do Partido Socialista e uma associação operária (Mutua Proteção Operária). Em 1899 o jornal operário Social pu-

blicado em Alegrete apresenta um texto sobre o 07 de setembro criticando o patriotismo e defendendo o internacionalismo, a fraternidade e a solidariedade internacional dos trabalhadores. Diz Eduardo Mallmann: Se concordamos que os povos em sua vida econômica sejam independentes na ação que desenvolvem, segundo a climatologia do ponto em que habitam, não queremos com isto dizer que sejamos apologistas desse egoísta e especulativo sentimento de Pátria, calculadamente inculcado no espírito dos povos, pelos interessados em manter o domínio, com o enfraquecimento que produzem as lutas provocadas entre uns e outros e que vêm retardar a evolução natural da consciência do povo. Outro exemplo do internacionalismo dos trabalhadores radicados em Alegrete está presente no Estatuto Social da Sociedade Mútua Proteção Operária (1897) : “Art.2º - Podem fazer parte desta associação somente os indivíduos que forem artistas ou operários, sem distinção de nacionalidades.”

No final do século XIX, Eduardo Mallmann escreve no “Social”, em Alegrete, sobre o início do movimento operário nesta cidade: “O início, a arregimentação e a instalação da Sociedade Operária Mútua-Proteção constitui o prólogo da luta de classes iniciada em Alegrete, em 30 de maio em 1897 – por um grupo de jovens operários, todos inspirados socialistas.” O professor Olavo Cabral apresenta a gênese do Movimento Operário em Alegrete, mostrando que a “construção” da Classe Operária possui este aspecto de “fabricação”, tarefa esta levada a cabo por uma “minoria” militante e com firme definição de propósitos políticos e ideológicos. Cabral destaca que: “Antes de existir a “Mútua Proteção”, havia socialistas no Alegrete, antes de organizarem-na tinham seus iniciadores. O Social, criado por socialistas, na sua primeira fase, tinha como fim



Figura 7 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

organizar trabalhadores e com tal idéia. Os convites para as primeiras reuniões de operários, nesta cidade, foram encaminhadas por socialistas e seus signatários também tinham tal idéia.”

Em 05 de fevereiro de 1899, o Social apresenta um “Manifesto Socialista”, que, segundo as informações do periódico, é distribuído pelo Centro Socialista da Capital Federal (Rio de Janeiro) no dia 09 de janeiro de 1899. O Manifesto é lido na biblioteca da Sociedade Operária Mútua Proteção.

O Editor do jornal Social Eduardo Mallman foi processado e preso em Alegrete em 1899. Ele foi acusado pelo Promotor Público de crimes de imprensa “calúnia e difamação”. Quando o Promotor Público de Alegrete acusa os socialistas de enxerto na Sociedade Operária, o professor Olavo Cabral também faz a defesa da participação dos socialistas na Mútua Proteção, escrevendo assim: “Na história da Mútua Proteção, do que tenho documentos comprobatórios,

foram socialistas os seus iniciadores; socialistas que necessitavam de um ponto de apoio às suas idéias. Embora pacientemente combinada a sua marcha, embora metodicamente encaminhado tudo, foram socialistas que criaram o social; este trazia como fito – organizar a Sociedade Operária e propagar o socialismo.”

No mesmo texto, Olavo Cabral ainda acrescenta que, se não fossem os socialistas e sua persistência, não teria existido a Mútua Proteção e ou já teria tido o seu fim devido aos constantes ataques que sofre dos patrões e do governo municipal.⁷

⁷ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.113-123.

Capítulo 8

Um Partido Operário: o Partido Socialista

O presente texto tem por objetivo mostrar a organização e o programa do Partido Socialista em Alegrete em defesa dos interesses dos trabalhadores. De 1889 a 1930, prolifera no Brasil uma série de Partidos Socialistas, muitos com duração efêmera e de abrangência municipal. Professavam um socialismo eclético, com um forte viés cientificista e positivista, característico da II Internacional, com uma proximidade simbólica à matriz de Marx. Segundo o pesquisador Adhemar Lourenço da Silva Junior, na década de 1890 até, aproximadamente, 1905, ocorre uma hegemonia dos socialistas nas associações operárias. A partir de 1905 começa um progressivo aumento da influência anarquista nas associações. No período de 1908 a 1912, ocorre um progressivo alinhamento dos socialistas com a “grande política”, e um aumento do papel e importância dos anarquistas nos sindicatos. De 1913 a 1917, ocorre a expansão do sindicalismo. De 1919 a 1925 há uma pulverização de várias correntes ideológicas.

Líderes do Socialismo no RS colaboravam com o jornal Social de Alegrete, como Francisco Xavier da Costa e Antônio Guedes Coutinho. Nos dias 01 e 02 de janeiro de 1898, em Porto Alegre, no Primeiro Congresso Operário Sul Rio-Grandense, é lido o seguinte telegrama procedente de Alegrete: “Viva o Socialismo Científico!” (seguindo-se 10 assinaturas). Pessoas adeptas ao socialismo em Alegrete deram o nome aos seus filhos de Socialino e Socialina. O jornal de Rio Grande “Echo Operário” diz que em Alegrete vemos “Velhos” honrados em solidariedade com os operários rompe-

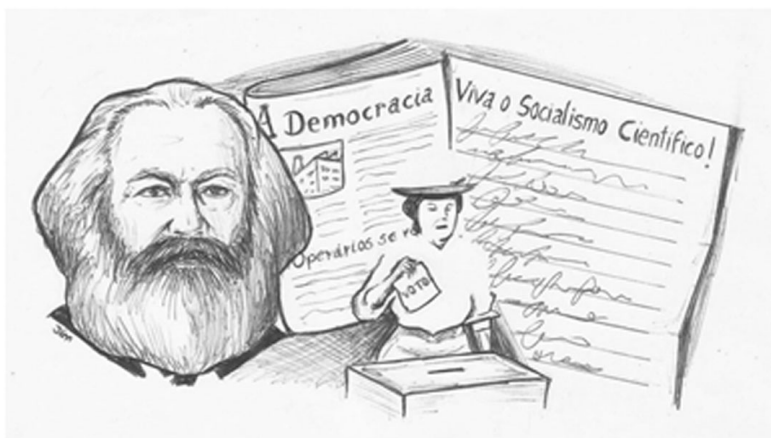


Figura 8 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

O militante Eduardo Mallman defende a organização dos trabalhadores em um “partido operário” ou “Socialista”. Além de defender a organização de um partido para dar unidade e força da ação aos trabalhadores, Eduardo Mallmann ainda destaca a importância de uma teoria política para este partido: “Resta, pois, que o operariado opte pela teoria política que mais caráter esteja com suas aspirações (...)”.

A instalação do partido Socialista em Alegrete é noticiada na imprensa rio-grandense em 1898: “Na mesma cidade, foi instalado, nesse dia, o Partido Socialista, que publicou vibrante manifesto. O programa desse partido é uniforme ao do instalado no Rio Grande, na mesma data, e os desta Capital, que surgiu no ano passado.” Transcreve-se a seguir um resumo do programa descrito no “Manifesto do Partido Socialista de Alegrete: I – *Ampla liberdade de imprensa, de reunião e associação (...)*; II – (...) *estabelecimento do referendium para a decretação de leis*; III – (...) *reconhecimento do direito de voto e elegibilidade à mulher*; (...) IV – (...) *extinções das cadeias e, em vez destas, o estabelecimento de colônias penitenciárias, agrícolas e industriais*; (...) VI – *Instrução geral e profissional gratuita, bem como*

todos os utensílios necessários ao estudo, e, além disso, vestuário e alimentação, a expensas do Estado, para os filhos das classes pobres; VII – Redução dos exércitos permanentes do Estado e da União; (...) IX – Imposto gradual e progressivo sobre heranças e fortunas, estabelecimento de um limite em favor do Estado, que o aplicará unicamente no sustento e vestuário dos inválidos e indigentes; X – Redução oficial do dia de trabalho a 8 horas; proibição do trabalho em oficinas aos menores de 14 anos; e, para os de 14 a 18 anos de idade, redução do labor a 5 horas; supressão do trabalho noturno em todos os ramos que isto seja possível; (...) XIII - Construção de prédios, à custa do Estado, sob todas as regras de higiene, para moradia de proletários, mediante aluguel eqüitativo; XIV – Assistência médica e gratuita, por meio de postos sanitários, onde continuamente, quer a noite, quer de dia, se encontrem médicos e medicamentos à disposição das classes pobres, sendo tais postos estabelecidos à razão de um para 500 habitantes; XV (...) XVII – Estabelecimento de colônias agrícolas e industriais em terrenos pertencentes ao Estado, onde o resultado do trabalho, pagos os necessários dispêndios, seja dividido unicamente entre os trabalhadores das mesmas, a juízo destes.

No ano de 1903, após abordar o 1º de maio no Estado, o jornal Independente de Porto Alegre destaca que de Alegrete recebeu um telegrama com o seguinte conteúdo: “(...) Centro Socialista organizado hoje aderiu Partido Socialista Brasileiro. – executiva’.” Em 1º de maio de 1905 era criado o jornal “A Democracia”, pelo líder socialista Francisco Xavier da Costa. Era porta-voz da Comissão Provisória do Partido Operário Rio-Grandense. O jornal socialista “A Democracia” também circulava em Alegrete no ano de 1905, o responsável pela distribuição do jornal era Francisco Zaccaro. O mesmo Francisco Zaccaro que, em 1905, é o 1º Secretário da Sociedade Operária Mútua Proteção de Alegrete.

Embora existam indícios da organização partidária dos socialistas em Alegrete, ainda não há registros que possibilitem afirmar a existência ou não de conselheiros eleitos pelo partido no período. A atividade política dos operários alegretenses extrapolava os limites

do município: em 25 de dezembro de 1898, um grupo de alegretenses vai à cidade vizinha de Quaraí, para fazer uma conferência socialista.⁸

⁸ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.113-123.

Capítulo 9

Organizações Operárias

Pretende-se descrever as organizações dos trabalhadores em Alegrete no período da República Velha (1889-1930). Para Claudio Batalha, no Brasil até 1888 predominavam sociedades mutualistas, depois despontam as sociedades de resistência, durando até 1919. Não se trata de uma “evolução” linear, onde uma entidade com uma forma organizativa evoluiria para outra forma. As novas sociedades de resistência, que surgem com a República, não substituem as mutualistas. As mutualistas puras nunca desaparecem (no período da República Velha), da mesma forma que algumas sociedades de resistência adotam práticas assistenciais. Segundo Adhemar Lourenço no Rio Grande do Sul, também são fundadas várias associações mutuais de socorro-mútuo no período da República Velha. Havia organizações operárias que mesclavam objetivos de resistência com assistência (com mútuo-socorro). O mutualismo é um fenômeno organizacional que tem por objetivo prestar auxílio e socorro econômico “previdenciário” para pessoas que, por vários motivos, estejam impedidas de continuar exercendo suas atividades econômicas e profissionais. Estas organizações constituíam um “fundo” de socorro-mútuo. Alguns historiadores destacam que o mutualismo está na origem do movimento operário. Segundo Cláudio Batalha havia três tipos básicos de sindicatos ou sociedades de resistência no período: as associações pluriprofissionais, as sociedades por ofício, e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade. Os sindicatos pluriprofissionais surgem em cidades e bairros com pouca ou nenhuma organização por ofício. Em cidades pequenas, afirma Batalha, as pluriprofissionais ganham uma sobrevida e se denominam união operária ou liga operária.

As evidências mostram que, no período em estudo, já havia

disseminada na sociedade alegretense uma “cultura” associativa. Existiam vários tipos de organizações. As organizações dos trabalhadores eram mutuais e de cunho pluriclassista, ou seja, não eram compostas por elementos de um único ramo profissional. A exceção, neste caso, são os trabalhadores no comércio, a primeira “categoria” a organizar sua entidade, embora associando conjuntamente patrões e empregados. Em Alegrete os documentos apontam para a existência de organizações no período que vai de 1897 a 1929: em junho de 1897, aparece a “Sociedade Operária Mútua Proteção”; em 1905, aparece como Mútua Proteção; em 1913, aparece a citação de uma União Operária em Alegrete; em 1915, apresenta-se como Centro Operário; em 25 de abril de 1925, é fundada a União Operária; em 1929, aparece novamente o nome do Centro Operário. Em 1926 existe notícia de que o quadro social da União Operária era composto por 250 sócios. Em outro momento, no mesmo ano, existe a informação de que a União Operária possui mais de 400 sócios.

Através do Estatuto, é possível saber que a Mútua Proteção Operária era uma associação de artistas e operários, que residiam em todo município de Alegrete, independente de sua nacionalidade. O critério que mais definia os sócios era o de “classe”, ou seja, somente operários e não patrões. É nítido o interesse tanto no socorro e auxílio econômico, como na participação política. Fica claro também o interesse pela educação dos trabalhadores. A Sociedade Operária Mútua Proteção era uma mutual classista e de resistência.

A União Operária de 1925 possuía um pecúlio e oferecia auxílio mutual: “A primeira reunião da União foi na residência do Sr. Pedro Cardoso, quando estabeleceu-se a jóia e mensalidade, respectivamente de 5 e 2 mil réis. No mesmo mês de maio de 1925, alugou-se o prédio nº 104 da Rua dos Andradas, de propriedade do Sr. Naum Adler, instalando-se a sede provisória. Mantinha a União uma caixa de socorro aos seus associados, com auxílio doença, funeral e de instrução.” Pelo que foi exposto acima, a União Operária era

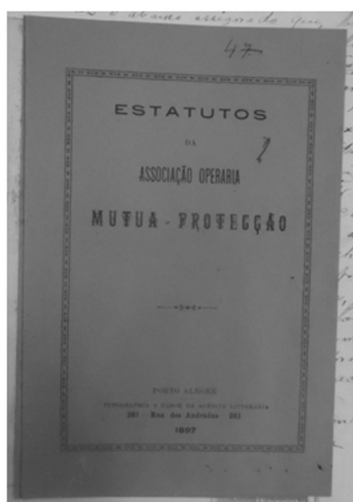


Figura 9 - Capa do Estatuto da Associação Operária Mútua-Proteção, Alegrete, 1897. Fonte: APERGS

uma pluriclassista e mutual. No “livro dos Sócios” de 1929, da União Operária, foram descritos os nomes dos seguintes sócios: *Justo Silveira; João Barcelos; Manoel Emiliano; Salvador Barbosa; Otacílio Almeida; Miguel Gomes; João Paulo de Souza; Astério Pahim; Jacob Ornela; Olbino O Affonso; Serafim Bordenark; Olavo Rodrigues; Luiz Magno Scarrone; Amador Pahim; João Pedro Chaves; Romário Crispoin; Alfredo Bottaro; Nazareno Moraes; Demétrio Cassal; Ciro; Favorino Rodrigues Rosa; Reynado Marques; Mariano de Paula; Clotário Estulano dos Santos; Ulysses Carvalho; Mariano Pires da Rosa; Ladilan dos Santos; Máximo P. dos Santos; Antônio^a Dornelles; Astremanio Falcão; Ataliba Nunes; Maurílio Correia; Brasiliano Lara; Antônio M. Telles; Arthur Silveira; João Lucrécio Favolla; Aristides Gomes de Castro; Isahias Menezes; José Gomes; Maurílio Gomes; Angelo Ferreira; Sérgio F. Teixeira; Percival Laydner; Olintho Soares; Adolfo F. Crespo; Francisco Pesce; Gentil Ramires; Pércio A. Silva; João Mário dos Santos; Adalcino Nunes; Napoleão Ávila; Luiz Silva; Setembrino Moraes; Waldemar de Oliveira; João Ig. De Mello; Danton Boatini; João Tavares; Guilherme R. Lemos; Alberto L. dos Santos; Horácio M. dos Santos; Odotornil*

Ribas; Flaubiano Mendes; Clementino R. da Rosa; Severino Silva; Domingos Concórdia; Epaminondas Machado; João Pare; Jacinto Gonçalves; Napoleão B. Guerra; Appolinário F. Gomes; Homero A dos Santos; Abeibíades da S. Pires; Mariano Pinto de Oliveira; Antônio Chaves Vargas; Antônio Scarrone; Dorval Carvalho; Vences Medeiros; Pedro do S. Martins; Mazaredo da Silva; Odilon Costa; Celço de Oliveira; Francisco Per. Borges; Salvador Bianch; Norival Rodrigues; Augusto Rodrigues; Abeides Brum; Euclides Braz; Adão Brasileiro; Caetano Falcão; Elviro Carvalho; João A. Carvalho; Pedro Ramires; Pedro de Barros Leite; Fidélis Ribas; João Pedro Silva; Quintino dos Santos; Guilherme Sejani; Justino Carpinteiro.

Dos 98 nomes acima, é possível identificar as atividades profissionais de 30 trabalhadores: são 06 jornaleiros, 06 Carpinteiros, 05 pedreiros, 03 marceneiros, 02 mecânicos, 02 tipógrafos, 01 carroceiro, 01 ourives, 01 ferreiro, 01 contador, 01 funileiro e 01 cobrador. Considerando que carpinteiros, pedreiros, marceneiros, mecânicos, tipógrafos, ourives, ferreiro, contador, funileiro, cobrador eram profissionais especializados, tem-se, então, 23 profissões que exigem certo nível de qualificação. Os carpinteiros, marceneiros, mecânicos, tipógrafos, ourives, ferreiro e funileiro são considerados “artesãos” ou “artistas”. São 21 artesãos, que representam 70% da “amostra”. É uma característica do período, a marcante presença de artesãos no Movimento Operário.⁹

⁹ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.136-149.

Capítulo 10

Os Trabalhadores no Comércio

Provavelmente, a primeira categoria específica de trabalhadores a buscar sua organização em Alegrete tenha sido a dos trabalhadores no comércio. No período da República Velha (1889 – 1930), a conjuntura sociopolítica e cultural favorece a emergência de demandas sociais. É neste momento da história, inclusive em Alegrete, que outros protagonistas vêm à cena e passam a abrir espaço na História. O pesquisador João Batista Marçal diz que os comerciários são a primeira categoria de trabalhadores a se organizar no Brasil. Em 1837, fundam o primeiro jornal operário do país: “O Defensor dos Caixeiros”, em Salvador. Aqui, no sul, é também a primeira categoria a se organizar e, principalmente a primeira a começar a obter conquistas a partir de sua luta. Em Porto Alegre, o Clube Caixeiral surge em 1882. É criada a campanha pela “Lei do Fechamento de Portas”, que buscava o direito de descanso dominical. Em 1884, depois de muita luta, é aprovada, em Porto Alegre, uma lei municipal que determinava que as casas comerciais deveriam manter suas portas fechadas aos domingos. É a primeira vitória da classe operária gaúcha, que ficou conhecida como “LEI ÁUREA DO BALCÃO”.

O Clube Caixeiral de Alegrete é fundado no início (janeiro) de 1897: “Na cidade de Alegrete acaba de fundar-se sob os mais belos auspícios um club caixeiral.” Também existia a Associação dos Empregados no Comércio, fundada no dia 28 de maio de 1905, sendo uma “evolução” do Club Caixeral da cidade. Na cidade de Quaraí, o alegretense José Fredolino Prunes noticia em seu jornal “O Farraço”, que, em Alegrete, é fundado o Clube Caixeiral: *“Clube Caixeiral - Na cidade de Alegrete acaba de fundar-se sob os mais belos auspícios um club Caixeiral. Para esse fim reuniram-se os membros d’aquela clas-*

se, num dos salões do “Cassino Alegretense” e elegeram a seguinte diretoria: Presidente: Luiz Arancibio; Vice – presidente: João Tillet; Tesoureiro: José Leal; Primeiro Secretário: Osório Neves; Segundo Secretário: João Cancio de Souza; Orador: Fabriciano de Mattos. Avante!”

Nesta composição primeira da direção do Clube Caixeiral, pode-se identificar, por exemplo, João Tillet, que é “caixeiro”, balconista da casa Freitas Valle, e tio de José Fredolino Prunes. Fredolino milita no movimento operário de Quaraí.

No ano de 1899, é publicada, no jornal Social, uma matéria criticando o Clube Caixeiral de Alegrete, pois, pelo fato de unir patrões e empregados, não traria benefícios aos trabalhadores. No jornal Social, órgão da Sociedade Operária Mútua Proteção em Alegrete, encontra-se a seguinte matéria: “A classe caixeiral, uma das séries de ordem da grande classe explorada, não poderá, nunca, haver vantagens sólidas, dignas, de dar-se o nome de conquistas suas, sem serem essas vantagens arrancadas, em luta moral, contra o elemento, seu oposto em interesse, - os patrões.” A matéria publicada acrescenta a busca por uma sociedade mais criteriosa, mais digna e severa. Aponta que, encarada a questão das classes sociais, para poder aliar meios de luta, os trabalhadores devem ser exclusivistas para comporem um corpo sólido. Do contrário, os efeitos da união entre patrões e empregados terão sempre efeitos aéreos e efêmeros. Destaca o autor do texto: “De interesses opostos – caixeiros e patrões - não poderão, jamais, conjuntamente, fazer um todo, composto de partículas livres, com bastante autonomia e ligados, homogenicamente, por interesses comuns.” Portanto, para os líderes do movimento operário em Alegrete, os trabalhadores no comércio eram considerados “operários”, e não deveriam aceitar “patrões” em sua associação de classe.

Já em 1905, Luiz Araújo Filho escreve sobre a Associação dos

Empregados no Comércio, assim se referindo: “Esta associação, fundada no dia 28 de maio de 1905, por unânime resolução da assembléia geral dos sócios em atividade do antigo “Clube Caixeiral Alegretense”, é uma instituição beneficente, instrutiva e comercial”. Seus objetivos, de acordo com o autor, são: “Manter aulas de ensino comercial, que poderão ser frequentadas pelos sócios ou por seus filhos e tutelados menores de 18 anos; criar e manter uma biblioteca frequentável pelos sócios, conforme a condição supra”. E a finalidade que destacamos é a de proteção por perseguições que possam vir a sofrer os trabalhadores, com o seguinte texto: “Promover a colocação dos seus sócios, quando necessitarem, e protegê-los, pelos meios ao seu alcance, quando processados, presos ou injustamente perseguidos.”

Pela composição da diretoria, percebe-se que, como o Clube Caixerai, a Associação dos Empregados no Comércio congregava ainda trabalhadores e proprietários, ou seja, patrões e empregados. O próprio presidente da Associação, Candido Mallmann, era irmão de Eduardo Mallmann. O comerciante Candido era um dos mais ricos comerciantes na cidade. Araújo Filho destaca a diretoria eleita para o ano de 1908: “*Presidente – Candido Mallmann (re-eleito); Vice-presidente – Justo Leão; 1º Secretário – Carlos Manoel Schmitz (re-eleito); 2º Secretário – Gabriel Portella; Tesoureiro – José Maciel (re-eleito); Orador – João Benício da Silva; Bibliotecário – Polycarpo Rodrigues; Comissão Fiscal: Amadeu Bicca de Medeiros; Adolpho Scharnberg Filho; João Cassiano de Camargo.*”

Algumas vantagens e conquistas começam a aparecer, muito provavelmente, devido à existência de uma organização dos trabalhadores no comércio. Assim, em 1906, registra-se a seguinte notícia publicada em um jornal de Quaraí: “Fechamento de Portas: Em Alegrete, foi publicada uma Lei Municipal, aumentando os impos-

tos das casas de negócio que venderem aos Domingos e depois do meio-dia nos feriados.”

Vitorino de Carvalho Portella escreve que Candido Mallmann “foi o primeiro comerciante em Alegrete a cerrar a casa às 12 horas, reabrindo às 14 horas, sendo por isso contrariado por vários colegas”. Escreve ele sobre o Comerciante e empresário: “Com a idade apenas de 12 anos, Candido Mallmann ingressou no comércio, como simples caixeiro e, anos decorridos, estabeleceu-se com a loja de fazendas e miudezas denominada ‘O Trocadero’, à rua Gaspar Martins, onde hoje é estabelecida a pensão central.” Segundo o autor, politicamente, Candido Mallmann “pertenceu ao instinto Partido Federalista, ao qual prestou assinalados serviços”. Candido era irmão de Eduardo Mallmann (editor do jornal operário Social).

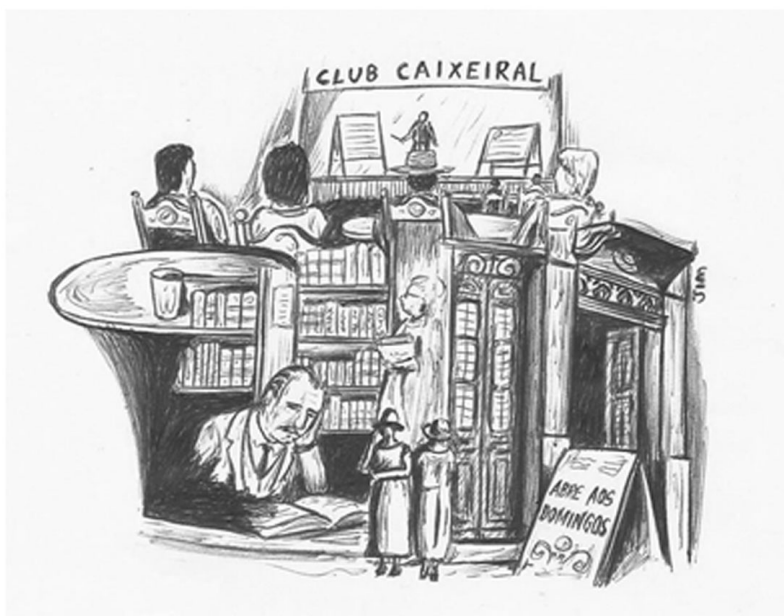


Figura 10 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

Os trabalhadores no comércio são a mais antiga categoria profissional a organizar-se em Alegrete, a S. O. Mútua Proteção congregava várias categorias profissionais, a União Operária, da mesma forma. O Clube Caixeiral e a Associação dos Empregados no Comércio, embora compondo suas associações junto com os patrões; é possível acreditar que tenham obtido alguma conquista, como se evidenciou a pressão por parte da Intendência no sentido de impor sanções aos empresários que quisessem abrir aos domingos. Fica claro, também, que o jornal Social, através de seus colunistas, considerava os trabalhadores no comércio, como trabalhadores explorados e pertencentes à classe operária.¹⁰

¹⁰ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.149-154.

Capítulo 11

A Imprensa Operária

A produção de jornais é uma das características marcantes do movimento operário em geral. Segundo Jorge Pastorisa Jardim os primeiros jornais operários e contestadores do sistema capitalista no Rio Grande do Sul foram “O Operário”, em Pelotas, e “L’Avvenire”, em Porto Alegre. Durante o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre - em 1898, circulavam no Estado dois jornais operários, o “Echo Operário”, de Rio Grande, e “Social”, de Alegrete.

Sobre a circulação da imprensa operária em Alegrete, sabe-se que no mês de abril de 1899, circulava em Alegrete o jornal “La Vanguardia”, órgão do Partido Socialista Operário de Buenos Aires. No mesmo mês, também aparece o “Echo Operário”, órgão do Partido Socialista de Rio Grande. Em setembro, circula pela cidade o jornal “A Voz do Proletário” e “O Taquariense”. Em 1905, circula em Alegrete o jornal socialista “A Democracia”. Em setembro de 1926, estão em Alegrete os editores de jornais anarquistas Reduzindo Colmeneiro e Cecílio dos Santos, da cidade de Bagé. Circulava por Alegrete, em 1927, o jornal do Sindicato dos Ofícios Vários da cidade de Uruguaiana, com o título de “A dor Humana”. A quarta página, era em espanhol, redatada pelo Sr. Juan Peres e destinada a defender os interesses da classe operária da cidade fronteiriça. O Sr. Juan Peres (1899-1958), operário sapateiro espanhol, é um importante militante anarquista que atuou no Rio de Janeiro. Quando “exilado”, atua na região da fronteira do Rio Grande do Sul, como se vê, em Uruguaiana e em Bagé.

Como já foi dito, foram encontradas referências sobre a existência de dois jornais operário editados em Alegrete no período em estudo: o “Social” e “O Combate”. Sobre o jornal “O Combate”, existem poucas evidências – além da referência feita por João Batista Marçal, aparecem duas notas na imprensa local. Uma das notas foi no jornal “Meu Jornal” de 1927 com o seguinte texto: “Vieram à nossa redação, em visita de cortesia, os senhores Adalberto P. Ribeiro e Adolpho F Leite, da redação e gerência, respectivamente, do nosso colega local ‘O Combate’.” Sabe-se que, neste mesmo momento em que é publicado o jornal, Adolpho Ferreira Leite é presidente e Adalberto do Patrocínio Ribeiro é secretário da União Operária (1927).

Em 12 de maio de 1897, surge em Alegrete, o Social, fundado por Olavo Cabral e por Aristides Pereira da Silva. No início, era apenas um folheto, e com a adesão de Eduardo Mallmann ao Socialismo, que passa a colaborar com o jornal e com a Sociedade Mútua Proteção, o órgão toma novo impulso a partir de 1898. O Social é processado pelo Promotor Público de Alegrete, Adélio Nogueira, em 1899. Enquanto corria o processo judicial, os socialistas apresentavam suas ideias e críticas pelo “Social”. O Promotor Adélio Nunes Nogueira e o jornalista Celestino Prunes apresentavam suas acusações contra os socialistas pelas páginas da “Gazeta de Alegrete.”

As oficinas da gráfica e sede da Sociedade Operária Mútua Proteção eram na Rua Barão do Serro Largo, n.º 10, onde era produzido o jornal Social. Também cabe afirmar que o jornal existe de maio de 1897 ao final do ano de 1899 – portanto, aproximadamente dois anos e meio. Parece haver um período em que cessou e retomou as publicações. É possível identificar três “momentos” do jor-

nal: uma primeira fase, na qual era propriedade de Aristides e Cabral; outra fase, em que pertence à Cooperativa Tipográfica Social; e por último quando é comprado por Eduardo Mallmann. Mallmann era proprietário do jornal Social desde 30 de agosto de 1899, quando compra as ações da Cooperativa Tipográfica Social. Publicavam textos de militantes socialistas, textos de outros jornais, noticiários do movimento operário e socialista internacional, difundiam a imprensa operária e socialista.



FIGURA 11 – Jornal Social
Fonte: APERGS

O jornal “Social” tinha 04 páginas, media 33X45. São seus editores: Aristides Pereira da Silva e Olavo Cabral em 1897; Olavo e Eduardo Mallmann em 1898; e Eduardo Mallmann em 1899. No jornal, vinha estampado “Aparece aos Domingos”. O Social possuía quatro páginas, não trazia ilustrações, apresentava textos organizados em quatro colunas. Geralmente, apresentava um grande texto na primeira página, que podia passar para a segunda, ou então, dois textos na primeira; na segunda página, também trazia dois, três ou quatro textos; na terceira página, além de textos, apresentava noticiários; e a quarta página era dedicada a anúncios de propaganda. O jornal era financiado por assinaturas e por anúncios de propaganda. Anunciava a imprensa operária e o movimento operário no mundo, publicava textos de Francisco Xavier da Costa e Antonio Guedes Coutinho, como outros. Possuía uma seção permanente denominada “Pelo Município”, onde apresentava críticas à administração municipal e outras questões relacionadas à cidade de Alegrete. Outra seção era o noticiário, onde apresentava notícias da Mútua Proteção; também havia “Em Campo”, “Cartas” e “Tribuna Livre”. Trazia, como lema, em seu cabeçalho: “Defensor da Classe Trabalhadora.” O jornal tem vida agitada: Eduardo Mallmann é jurado de morte, o Jornal ameaçado de empastelamento. Mallmann é processado, preso (liberado) e levado a julgamento. O Julgamento é tumultuado, acontecendo arbitrariedades e assassinatos. Mallmann chegou a ser preso e pagou uma fiança para responder o processo em liberdade, a sua saída da prisão mereceu uma manifestação de seus companheiros de luta em Alegrete.¹¹

¹¹ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.153-160.

Capítulo 12

Anarquistas em Alegrete

Nos livros publicados por João Batista Marçal como “Os anarquistas no Rio Grande do Sul (1995)”, “A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul (2004)” e “Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaucha (...) (2008)” o autor cita a presença de vários militantes anarquistas nas cidades da fronteira e da região de Alegrete, no período da República Velha (Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Rosário do Sul e Santana do Livramento). Não se encontrou, durante a pesquisa, nenhuma “prova” que possibilite afirmar a existência de anarquistas morando em Alegrete e com atuação no movimento operário local; porém, existem alguns indícios que não descartam esta possibilidade. A imprensa local dava destaque a notícias em que apareciam os anarquistas sendo acusados de crimes; existe uma constante participação de associações operárias alegretenses nos Congressos operários de hegemonia anarquista. Aparecem algumas notícias da presença de anarquistas na cidade, entre outras pistas. Ao escrever sobre os motivos das fundações de núcleos dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul (após 1930), Astor Diehl destaca: “Tomemos como significativos os casos de Bagé e Alegrete. Nesse sentido, recorre-se a duas outras questões: o tradicionalismo católico nestas áreas e os centros anarquistas aí existentes.”

É possível identificar na imprensa propagandas com nítida intenção de difamar os anarquistas perante a opinião pública. Em 1907, aparece: “Em Barcelona, a polícia prendeu quinze anarquistas de nomeada os quais fazem parte do grupo ‘Verosistas’, que tanto tem alarmado a população.” Mais tarde, em outra notícia, tem-se com o título “Ainda o caso do atentado contra Mussolini”, aparece a informação de “criminalização dos anarquistas na Europa e sobre Malatesta que foi um dos principais militantes do movimento anarquista in-

ternacional: “Telegramas de Roma informam que a polícia italiana pôs ontem em liberdade trezentos presos, entre os quais se encontra o anarquista Enrico Malatesta, e prendeu mais de trezentas pessoas supostas implicadas no atentado contra o “Duce”. Já foram dadas buscas em quatrocentos e noventa estabelecimentos públicos”.

Há algumas informações que podem especular a presença de militantes operários anarquistas em Alegrete, ou ao menos, de simpatizantes. São três casos: a participação de militantes locais em congressos anarquistas; a visita à cidade de militantes anarquistas da região e a circulação e visita à cidade de militantes e imprensa operária anarquista internacional.

Operários alegretenses participam como delegados da FORGS, na reunião de anarquistas que aconteceu em Pelotas, de 16 a 18 de janeiro de 1927, para preparar o IV Congresso da FORGS de 1928. Aparece notícia da visita de militantes anarquistas de destaque regional e nacional na cidade de Alegrete. Estes militantes anarquistas são Reduzindo Colmeneiro e Cecílio dos Santos. Circulou em Alegrete “A Dor Humana”, jornal operário de Uruguaiana e Passo de Los Libres, editado por anarquistas, incluindo a presença de um militante libertário espanhol Juan Peres.

Também é notória a articulação a nível regional do movimento operário alegretense, através de notícia veiculada na imprensa local, sob a participação da União Operária naquela que foi uma das mais importantes campanhas de solidariedade internacional contra a perseguição, prisão e morte dos imigrantes italianos e militantes anarquistas Sacco e Vanzetti, pela polícia dos Estados Unidos da América do Norte. Assim expõe o jornal local: “A Federação Operária, com sede em Porto Alegre, foi enviado um telegrama a propósito do comício de protesto, a realizar-se alli, contra a execução dos operários Sacco e Vanzetti, condenados pela justiça dos Estados Unidos da América do Norte”

Naquela época existia uma articulação internacional, principalmente pela repressão dos países platinos, em perseguir e prender militantes anarquistas estrangeiros, chamados pela repressão de “os

indesejáveis”. A imprensa local, em 1927, noticia que esteve na cidade o famoso “indesejável” Boatini. A mesma notícia informa que a polícia local já estava agindo no sentido de localizá-lo e prende-lo.

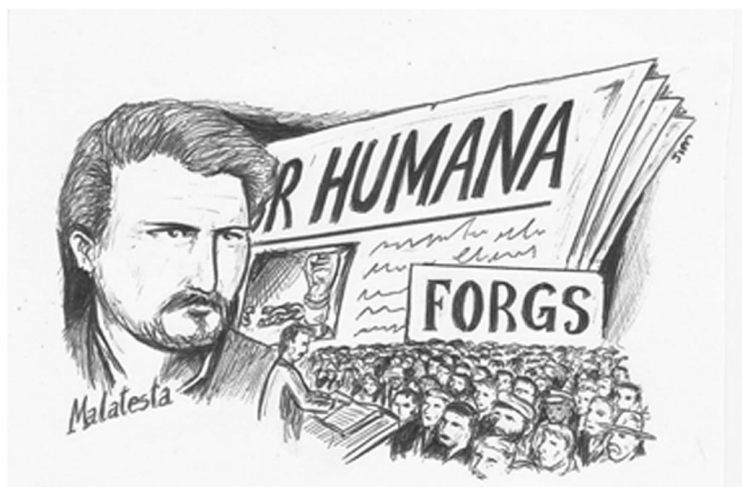


Figura 12 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

Todas as manifestações ideológicas presentes no movimento operário nacional e estadual evidenciam-se também no movimento operário alegretense no período da República Velha. A atuação que fica mais documentada é a dos Socialistas, talvez porque, naquele período, os militantes misturassem a atividade social com a “política partidária.” Já nas práticas anarquistas, era enfatizado o caráter apolítico das organizações operárias. Viu-se a ação de socialistas, a articulação com as campanhas e mobilizações anarquistas e a ação de operários e militantes que poderiam ter trabalhado no sentido de atrelarem o movimento operário e os trabalhadores em geral à grande política, tanto do PRR, quanto a oposição liberal.¹²

¹² CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.135-136.

Capítulo 13

Trabalhadores alegretenses nos Congressos Operários do RS

Este texto apresenta a presença de operários alegretenses em Congressos Operários. Os Congressos tinham por finalidade definir políticas e estratégias de ação conjunta do movimento operário no RS. Procura-se observar a participação dos delegados alegretenses e analisar em que medida as políticas definidas pelos congressos eram implementadas pelas organizações operárias em Alegrete. O Primeiro Congresso Operário Sul Rio-Grandense ocorreu em Porto Alegre de 01 a 02 de janeiro de 1898. Há o congresso de fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) em 04 de outubro de 1906. Em 1913, ocorre o II Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro, onde a FORGS participa com delegação. De 21 a 25 de março de 1920, acontece em Porto Alegre, o II Congresso Operário do Rio Grande do Sul. Nos últimos dias de setembro de 1925, acontece o III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 1927, convocada pelos anarquistas, acontece em Pelotas uma reunião preparatória para organizar o IV Congresso Operário de janeiro de 1928, também na cidade de Pelotas. Há representação de Alegrete nos congressos de 1898, no relatório de 1913 à Confederação Operária Brasileira (COB) é citada como organização solidária à FORGS. A União Operária de Alegrete esteve presente em 1925 e em 1927 na reunião preparatória do IV Congresso da FORGS. Alegrete se fez representar na maioria dos Congressos Operários do período.

O militante alegretense Eduardo Mallmann é o presidente do Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul. A imprensa da época publica a direção do Congresso: “Compuseram a mesa os srs. Eduardo Mallmann, como presidente do Congresso e a comissão

central, composta dos srs. F.X. da Costa, Otavio de Oliveira, Wilhelm Koch e José Ferla, entre os quais tomaram assento os Srs. Antonio Guedes Coutinho, representante da União Operária e do Echo Operário de Rio Grande e João Thomaz Mignone, representante da Liga Operária de Pelotas (...).”

Eduardo Mallmann começa os trabalhos: no primeiro dia, orienta-se pelas seguintes questões: O que é o operário, qual sua posição no Rio Grande do Sul e o que lhe cumpre fazer como classe produtora?; no segundo dia: Qual deve ser o modo de agir do proletariado, no Estado? Eduardo Mallmann participa das discussões. No outro dia, há um resumo das resoluções do Congresso: 1) criação de ligas Operárias Internacionais de resistência em todo Estado e Confederadas entre si; 2) criação de Câmaras de trabalho nas sedes sociais para colocação de companheiros desocupados, as quais servirão também de árbitros em conflitos entre operários e patrões; 3) instituição de bibliotecas em cada sede social e fundação de um jornal socialista; 4) organização de um Comitê central para dirigir a correspondência; 5) convocação de um Congresso Operário anualmente; 6) criação de Escolas e cooperativas nas sedes sociais; 7) uma comissão para uniformizar os estatutos das entidades associadas; 8) a boicotagem como prática política; 9) a convocação de um Congresso operário de todos os Estados nacionais; 10) fundação de uma cooperativa de produção; 11) fundação de um Partido Socialista Brasileiro.

A Sociedade Operária Mútua Proteção de Alegrete manifesta-se de acordo com as resoluções um, dois e três. As indicações quatro e cinco são unanimemente aprovadas. É proposto que o próximo Congresso ocorra em Pelotas. Eduardo Mallmann coloca-se contra a proposta, alegando que havia dificuldades de associações da campanha se deslocarem até Pelotas e, também, porque Porto Alegre necessitava mais de propaganda. Havia uma proposta defendendo que o próximo congresso se realizasse no 1º de maio que se aproximava. Eduardo Mallmann novamente é contrário, pelos mesmos

motivos anteriores, ou seja, segundo ele, há pouco tempo para comunicar as associações do interior e da campanha. Não há acordo nas questões das datas. No ponto seis, a criação de escolas é aprovada por unanimidade. A criação de cooperativas é combatida. Mallmann diz que era “infeso a cooperativas porque, sendo a classe pobre, teria que ir buscar elementos de vida nas classes que cumpria combater mesmo porque achava inviável a sua realização.” Sobre o ponto sete, Mallmann também defende posição contrária. Sobre a boicotagem, item oito, é levado à votação e aprovado por unanimidade. A proposta nove cai por inoportuna, a proposta de número dez fica inutilizada em vista das deliberações anteriores e a última, de número onze, é substituída pela proposta de o Congresso declarar-se francamente socialista e que determinasse a publicação de um jornal das associações operárias confederadas. Estas propostas são aprovadas.

Após o Congresso, pela noite, há uma Conferência dos congressistas. Vários militantes expõem suas ideias. Eduardo Mallmann, que também compõe a mesa da Conferência, continua com suas colaborações: “O Sr. Mallmann é favorável à evolução política e não ao extremismo das revoluções. Considera que o operário necessita de três coisas essenciais: Instrução, Justiça e Medicina. (...) O Sr. Mallmann encerra os trabalhos reforçando que a luta nas urnas é uma necessidade.”

Das deliberações do Congresso de 1898, a Sociedade Mútua Proteção de Alegrete investe mais no jornal Social, cria uma cooperativa tipográfica, cria uma Escola na sede da sociedade (que era estatutário) e define-se francamente socialista. É possível considerar que suas atitudes políticas correspondiam às diretrizes políticas do Primeiro Congresso Operário Sul Rio-grandense.

Nos últimos dias de setembro de 1925, ocorre, em Porto Alegre, o III Congresso Operário do Rio Grande do Sul. Neste congresso, além das associações de cidades como Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, estavam presentes associações de Bagé e a

União Operária de Alegrete. As definições tomadas neste Congresso são: 1) edição do jornal “O Sindicalista”; 2) organização de Comitês Pró-presos Sociais em todas as localidades do Estado; 3) início da campanha contra o reacionarismo internacional; 4) boicote ao comércio marítimo brasileiro até a libertação dos presos sociais; 5) campanha pelas 44 horas de trabalho semanal; 6) dedicar especial atenção na organização das mulheres operárias e 7) organizar os trabalhadores rurais.

Das deliberações do congresso, é possível verificar que a União Operária de Alegrete cumpre pelo menos uma: a solidariedade contra o reacionarismo internacional: “À Federação Operária, com sede em Porto Alegre, foi enviado um telegrama a propósito do comício de protesto, a realizar-se ali, contra a execução dos operários Sacco e Vanzetti, condenados pela justiça dos Estados Unidos da América do Norte.”



Figura 13 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

Cabe destacar aqui que, em Pelotas, no ano de 1927, acontece uma reunião preparatória convocada pela FORGS, para discutirem e organizarem a “linha” política do próximo Congresso que se realiza em 1928, também na cidade de Pelotas. Beatriz Loner assim se refere a este fato: “O 4º Congresso ocorreu em Pelotas, em 2 e 3 de janeiro de 1928, e foi precedido de uma reunião preparatória um ano antes, em janeiro de 1927, apenas de delegados de grupos libertários, com o objetivo de discutir a reorganização de atividades e orientação ideológica, nesse particular, referendando-se a posição do 3º Congresso, de adesão a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).”

Para essa reunião preparatória que acontece em Pelotas, nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 1927, várias associações operárias do Rio Grande do Sul enviaram delegados. Eram 18 delegados das mais diversas cidades do Estado, da Campanha sudoeste, estavam presentes associações de Bagé, Uruguaiana e Alegrete. Era um encontro convocado e dirigido por anarquistas, onde, segundo Marçal, praticamente só é abordado um tema: “Como enfrentar o trabalho maléfico dos bolcheviques?” Em setembro de 1926, líderes anarquistas da região passam em Alegrete fazendo propaganda política. Não é possível afirmar se há uma ligação entre os fatos, mas coincidentemente os operários de Alegrete editam, na mesma época, e após o congresso, o jornal “O Combate”. Seria possível afirmar que o movimento operário alegretense estava de acordo com a política do movimento operário do Rio Grande do Sul do período, ou seja, de combate aos bolcheviques? Este ano de 1927, é o ano de ruptura na direção da União Operária, ou seja, entre 1925 e 1928, é o único ano em que não há continuidade administrativa.¹³

¹³ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.161-168.

Capítulo 14

Conferências e palestras

Tão importante quanto os jornais eram as Conferências e palestras promovidas pelo movimento operário para a difusão da cultura e das ideias do proletariado organizado. Principalmente nesse período de 1889 a 1930 onde grande parte da população era analfabeta. Como já foi exposto, no encerramento do 1º Congresso Operário Sul Rio-grandense, há uma conferência da qual participa o delegado da Sociedade Operária Mútua Proteção de Alegrete, o militante Eduardo Mallmann. Jorge Jardim Pastoriza escreve sobre a importância das conferências, que segundo ele: “A palavra oral também se constituiu num extraordinário instrumento de comunicação e propagador de ideias. Basta ver os inúmeros convites ou notícias de Conferências promovidas pelas organizações operárias que aparecem nas páginas dos jornais, algumas delas são inclusive transcritas nos jornais operários.” Ao escrever sobre as atividades levadas a efeito pela Mútua Proteção, o historiador Luiz Araújo Filho escreve em 1908 que “(...) mensalmente, em sessão de propaganda, algum sócio ocupava a tribuna das conferências, no salão do club (...)”. Da primeira entidade, S.O. Mútua Proteção, não existem mais informações sobre as conferências, além daquelas do Congresso Operário de 1898 e de uma “excursão” à Quaraí, porém da União Operária (a partir de 1925) é possível encontrar mais registros.

Militantes alegretenses vão até a vizinha cidade de Quaraí para realizar uma conferência de propaganda das ideias socialistas, no dia 25 de dezembro de 1898: “Uma comissão de honrados operários dirigiu-nos um convite para uma conferência hoje às 8 horas da

noite na casa do nosso amigo Sr. Domingos Siqueira. A conferência será feita por uma comissão de operários, membros da sociedade “Mútua Proteção Alegretense”. Um companheiro nosso representará A Fronteira na citada reunião.” Em outra publicação, o jornal “A Fronteira”, que era órgão do Partido Republicano Rio-grandense em Quaraí, apresenta um relatório da reunião dos socialistas alegretenses em Quaraí. A matéria, intitulada “Conferência Socialista”, dizia que, das oito da noite até as onze e trinta minutos desenvolveu-se o encontro: “A comissão era composta pelos representantes da Sociedade Mútua Proteção de Alegrete, cidadão Eduardo Mallmann, Olavo Cabral, Pedro de Souza Bisch e Alcides do Nascimento.” Do conteúdo do discurso de Eduardo Mallmann, destaca-se o que apresenta a nota: “Às nove horas da noite, aberta a sessão, tomou a palavra o cidadão Eduardo Mallmann, que, em vibrante e persuasivo discurso, referiu a diversos ramos concernentes a agremiações coletivistas, fazendo ver a extrema necessidade que há de as classes operárias se confederarem para que, com maior soma de forças diretivas, agirem em prol de seus direitos sociais.”

É possível observar, nos registros, que o período de julho a setembro de 1926 é bem movimentado no sentido de palestras e conferências na União Operária. Existem registros contínuos das atividades da União Operária, no período de 1926 a 1928. Porém, o ano de 1926 é aquele em que mais é noticiada a organização de conferências na Escola da sociedade. Abaixo se apresenta um quadro que demonstra as datas, palestrantes e temas desenvolvidos no período:

Data	Conferencista	Tema
17/07/1926	João Tácito de Sá e Silva	O que é o operário?
Junho/1926	Carlos Varella	O que nos reserva o futuro?
19/07/1926	Tito Marengo	Cooperativa Cine-teatro Colysseo
22/07/1926	Tito Marengo	Cooperativa Cine-teatro Colysseo
25/07/1926	Aristides V. Portinho	O proletariado
01/08/1926	Nestor Pedroso ou Agenor Pedroso da Silva	As classes proletárias
08/08/1926	Afonso Teixeira Neto	O caráter
Domingo, Agosto/1926	G. Marques	Regeneração
13/08/1926	Manoel de Carvalho Portela	O operário e a arte
Setembro/1926	Luiz Neves	Literária
05/09/1926	João Ignácio de Melo	Assuntos de interesse da classe
Terça, Setembro/1926	Reduzindo Colmenero	O direito à vida
10/09/1926	João de Deus Barros Peres	Como vencer? Quais os meios?

Quadro 7 - Fonte: Corrêa, 2010, p.207

Resulta, assim, no fato de que, das treze conferências de 1926, seis eram relativas às questões da “classe operária.” Os registros levantados e analisados apontam para uma média de 3,6 por mês - quase uma por semana. Das onze conferências, seis abordam temas voltados à “classe operária” ou ao “proletariado”; ou seja, a maioria apresentava a nítida intenção de discutir a identidade de classe. Geralmente as conferências aconteciam aos domingos.

Dos doze nomes que aparecem nos registros, como conferencistas, é possível identificar sete, que são: Tito Marengo, Aristides Portinho, Afonso Teixeira Neto, Manoel de Carvalho Portella, João Tácito de Sá e Silva, Reduzindo Colmeneiro e João de Deus Barros Peres. O Dr. Tito Marengo era um médico italiano, que, durante a Primeira Guerra Mundial, defendia as teses germanófilas. Inclusive, é expulso da União Italiana por ser considerado inimigo de sua pátria. Aristides Portinho fazia parte da empresa jornalística “Meu Jornal”. O Sr. Afonso Teixeira Neto, em junho de 1927, é nomeado escriturário do município. Manoel de Carvalho Portella era um gráfico, gerente das oficinas do jornal A Notícia, de propriedade do senhor João de Deus Barros Peres. Seria possível que Manoel de

Carvalho Portella pudesse seguir as orientações políticas do diretor do jornal onde trabalhava? Sendo assim, tanto ele quanto o próprio João de Deus Barros Peres eram maragatos. João de Deus Barros Peres, natural de Livramento, onde nasce a 10 de janeiro de 1894, é oficial ajudante de ordens de Honório Lemes. É jornalista e vereador por três legislaturas. Pertence ao Partido Libertador e falece em 25 de novembro de 1967. Reduzindo Colmeneiro era jornalista e militante operário anarquista e morador na cidade de Bagé, onde editava o jornal “A Tribuna Livre”. João Tácito de Sá e Silva fazia parte da empresa “Meu Jornal”, folha esta que procurava não tomar partido pelas facções políticas locais, defendendo a “arte, a cultura e a literatura”.¹⁴

¹⁴ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.161-168.

Capítulo 15

O 1º de Maio

O 1º de Maio, além de poder apresentar-se como um momento de protesto, é uma data que faz parte da construção da identidade da classe trabalhadora, que procuram constituir seus próprios “rituais” e tradições. Este texto tem a intenção de identificar a realização das manifestações operárias no “Dia do Trabalhador” no período da República Velha em Alegrete (1889-1930). Segundo Silvia Petersen, em 1891, aparecem as primeiras notícias do 1º de maio no Brasil. Em 1893, evidenciam-se algumas manifestações em cidades do Rio Grande do Sul. As “comemorações” do 1º de Maio no Rio Grande do Sul apresentam a utilização de banda de música, bandeiras desfraldadas, festa campestre, conferências, baile, ato político deliberativo.

A primeira evidência da comemoração do 1º de maio, em Alegrete, aparece em 1898. Segundo Eduardo Mallmann: “Os alegretenses, que, em todos os cometimentos tendentes a reivindicar os direitos do povo, jamais foram os últimos nos pronunciamentos, não podiam e nem deveriam ficar estáticos ante a onda evolutiva que se aproxima.” Em 1º de maio de 1898, a imprensa alegretense, no jornal *Gazeta de Alegrete*, apresenta a seguinte nota: “Festa dos Operários!” Diz a matéria: “Realiza-se hoje a festa de inauguração dos Salões da Sociedade “Mútua-Proteção”. Na mesma edição, o jornal apresenta um texto de Eduardo Mallmann, intitulado “1º de maio”: “Dia consagrado à união e festividade dos trabalhadores de todas as classes do mundo civilizado. Festas que não traduzem a satisfação e a alegria, mas que sintetizam um solene protesto contra

a falta de igualdade e o exclusivismo em que são mantidas as classes produtoras, pelos que diretamente influem, exploram e gozam na governação social. Em 1898, a imprensa estadual, depois de noticiar as festividades do “1º de maio” em várias cidades do Rio Grande do Sul, como em Rio Grande, Pelotas, Bagé, Uruguaiana, Santa Vitória do Palmar, São Leopoldo, acrescenta: “No Alegrete, a Sociedade Operária Mútua Proteção comemorou com Salvas e Retretas, à alvorada, ao meio-dia e à noite, Sessão Solene e grande passeata pelas ruas.”

No dia 16 de abril de 1899, ocorre uma Assembleia Geral dos associados da Mútua-Proteção. Um assunto debatido e deliberado é sobre a organização de uma comissão para os “festejos” do 1º de maio. A Comissão encarregada dos festejos do 1º de maio fica assim constituída: Felipe Krug, Germano Bhongarhen, Pedro Bisch, João Krug, Afonso Mallmann, Zeferino Ribeiro, Alfredo Laydner, Germano Krug, Antonio Fernandes, Manoel Pessoa, Euclides Servalho e Olavo Cabral.

Em 1905 registra o jornal Gazeta de Alegrete “A Sociedade União Operária – Mútuo Socorro, como quase todos os anos, festejou o dia de 1º de maio com músicas, foguetes, passeatas pelas ruas da cidade e realizando um esplêndido ‘pic-nic’.” No mesmo sentido, existe também a referência ao movimento operário alegretense, feita por Luiz Araújo Filho, em 1908, em que diz: “A sua festa de consagração do trabalho, a 1º de maio, fazia-se com todo o esplendor”.

Em 25 de abril de 1925, um grupo de alegretenses funda a União Operária. Sobre o 1º de maio, mais especificamente, destaca-se o trecho a seguir: “Cinco dias após, no mesmo Teatro Rio Branco, então instalado onde hoje se eleva o magnífico edifício do Foro, foi empossada em festividade, a nova diretoria, mantida a mesma aclamada em ata anterior. Nessa oportunidade, 1º de maio,

o Sr. Jan Von Seffelen, significando o acontecimento, planta na Avenida Freitas Valle, uma magnífica árvore.”

Em 1927, observa-se a notícia publicada na imprensa local: “1º de Maio. Passa, hoje, festivamente, a data consagrada ao trabalho. A ‘União Operária’ desta cidade organizou brilhante programa de festejos, dele constando um churrasco a gaúcho, pela manhã, uma sessão solene e uma passeata à noite pelas ruas da cidade.” Uma semana depois, lê-se na imprensa como era comemorado o 1º de maio na cidade. Fala das “festividades” na sua sede e do pic-nic no Passo Novo, como se apresenta a seguir no texto com o seguinte título: “Como foi comemorado o dia 1º de maio pela ‘União Operária’ desta cidade”: “A esforçada “União Operária” desta cidade, que tanto vem se dedicando aos veros interesses de seus associados, proporcionando-lhes assistência moral, física e intelectual, comemorou, brilhantemente, a passagem da data consagrada ao trabalho universal. E fê-lo entre verdadeiras manifestações de cordialidade, reunindo quase a unanimidade da classe operária dessa cidade. Desde cedo, às 6 horas da manhã de 1º de maio, chegavam à sede, à rua Dr. Quintana, esquina da rua 20 de setembro, sócios e convidados para o grande Pic-nic organizado. Às 8 horas, mais ou menos, grande número de pessoas presentes, procedidas de banda de música “União Operária”, seguiram em demanda do local escolhido, no Passo Novo. Ali chegados teve início a primeira parte do programa de festejos, organizados pela diretoria. Servido a todos presentes um esplendido churrasco, regado a vinho e cerveja, falou, brilhantemente, o orador oficial da União Operária, seguindo-se com a palavra outros oradores, que foram, como o primeiro, muito aplaudidos pelos presentes. E na melhor e mais franca camaradagem terminou, às horas tardias, a linda festa campestre que deu início ao bem organizado programa de festejos. À noite, na sede social, organizou-se uma concorrida Sessão Solene que constituiu inegável demonstração de

entusiasmo pelos interesses da classe. Fizeram uso da palavra diversos oradores concitando o operariado local a trabalhar pelo desenvolvimento da sociedade “União Operária”, que tantos serviços relevantes vêm prestando aos seus associados desde os primeiros dias de sua organização. Pelas 23 horas, mais ou menos, o Presidente, encerrando a sessão, agradeceu o comparecimento de todos presentes, bem como à solidariedade de seus consócios.” Acrescenta a notícia que: “(...) nesse mesmo dia, à tarde, encontraram-se as agueridas equipes do ‘Operário Foot Ball Club’ e ‘Motoristas’.



Figura 14 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

Das características das comemorações do 1º e maio em Alegrete, com o que se fazia no Brasil (São Paulo) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre), podemos notar tendências gerais em suas programações: músicas (bandas), foguetes, passeatas pelas ruas, piqueniques, conferências e discursos. Nota-se a especificidade do almoço festivo em Alegrete, com “churrasco”, vinho e cerveja, assim como a presença do futebol. Do “ritual”, o elemento mais significativo, como afirma Hobsbawm, é a passeata. As “comemorações” do 1º de maio

em Alegrete remontam ao século XIX e é uma comemoração mais antiga e tradicional que o “20 de setembro”!¹⁵

¹⁵ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.173-176.

Capítulo 16

Alguns Líderes do Movimento Operário

Existiram duas gerações de “dirigentes” das organizações operárias em Alegrete no período de 1897 a 1929. Existiu um primeiro grupo que vai de 1897 a 1915 e outro grupo de 1915 a 1929. A presença desse segundo grupo certamente ultrapassa a década de 1930, porém 1929 é o limite do recorte da pesquisa que deu origem a esse texto. A seguir serão divulgadas as fotos de alguns dirigentes da União Operária do final da década de 1920. Todos estes dirigentes foram presidentes da União Operária.

Pedro Ramires era Cobrador na década de 1920. Existem documentos que mostram que exerceu cargos na administração pública. Casou em 02 de março de 1922 com Elvira de Souza Nunes. Ele era filho de Martin Ramires e de Felicidade Gutterres. Foi presidente da União Operária nos anos de 1925, 1926 e 1928. Voltou a presidir a União operária em outros anos após 1930.



Pedro Ramires

Figura 15
Galeria dos ex-presidentes
Sede da União Operária
1º de Maio – Alegrete/RS

Brasiliano Lara era tipógrafo e trabalhou no jornal Gazeta de Alegrete. Em 1925 na fundação da União Operária, era o primeiro Secretário da entidade. Casou em 17/09/1921, com Leopoldina Bardenaker. Ele filho de Marcolino Lara e Etelvina Lara, ela filha de Eduardo Berdenarker e Reinilda Bardenaker (naturais da Suíça). Foi presidente em outras gestões. Pessoas que o conheceram dizem que em períodos mais tarde era simpaticizante ou muito próximo politicamente do Trabalhismo e ou do Partido Comunista



Brasiliano Lara

Figura: 16

Fonte: Galeria dos ex-presidentes

Sede da União Operária

1º de Maio – Alegrete/RS



Adolfo Ferreira Leite

Figura: 17

Fonte: Galeria dos ex-presidentes

Sede da União Operária

1º de Maio – Alegrete/RS

Adolfo Ferreira Leite possuía um comércio e não era natural de Alegrete. Ele é um “líder” operário que aparece pouco nos registros do Movimento Operário local. Foi presidente da União Operária no ano de 1927. Ano em que a União Operária estava presente em congressos operários de hegemonia anarquista. Mesmo ano em que aparece na cidade o jornal operário “O Combate” editado por ele e pelo professor Adalberto Patrocínio Ribeiro.

Pasquale Mitidieri era alfaiate (possuía uma alfaiataria). Foi vice-presidente da União Operária em 1927. Paschoal Mitidieri casou em 30 de abril de 1925, com Ana Clara Machado. Ele tinha 27 anos e ela 25. Paschoal era natural da Itália. Era membro também da sociedade Italiana. Nesse período a União Operária funcionou na sede da União Italiana, onde possuía inclusive uma aula noturna.



Pasquale Mitidieri

Figura: 18

Fonte: Galeria dos ex-presidentes
Sede da União Operária
1º de Maio – Alegrete/RS



Salvador Bianchi

Figura: 19

Fonte: Galeria dos ex-presidentes
Sede da União Operária
1º de Maio – Alegrete/RS

Salvador Bianchi era latoeiro (possuía uma latoaria). Foi vice-presidente da União Operária em 1928. Ele exerceu a presidência em anos posteriores a 1930. Salvador Bianchi nasceu em Alegrete a 28 de outubro de 1887. Seus pais eram Nicolau Bianchi (natural da Itália) e Maria José Bianchi (natural desta Província).

Estes são rostos de alguns trabalhadores que lutaram pra organizar e organizaram para lutar em prol da conquista de direitos para os trabalhadores alegretenses. Questões trabalhistas (salários, condições de trabalho, descanso semanal, férias, etc), saúde, cultura e educação foram suas bandeiras. Se hoje a classe trabalhadora possui alguns direitos, eles foram conquistados pela luta de trabalhadores como os exemplos citados acima. Durante a República Velha em Alegrete a elite, (patrões, “Doutores” e “Coronéis”/sejam maragatos ou chimangos) tinham que ouvir a classe trabalhadora organizada.

16

¹⁶ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.142-147.

Considerações finais: generalidades e particularidades do Movimento Operário

O presente texto pretende sintetizar as características do movimento operário alegreense do final do século XIX e início do século XX. A economia e a cultura local caracterizam determinados movimentos operários. O movimento operário constitui-se de experiências próprias e particulares e existem movimentos operários construídos a partir da mistura étnica de vários grupos imigrantes e nativos. Comparando o movimento operário de Alegrete com o movimento operário no Rio Grande do Sul, Brasil e em outros países, apresentam-se a seguir generalidades e particularidades do movimento operário alegreense.

Generalidades: A organização do movimento operário internacional se expressa, também, a partir de pequenos grupos e militantes “internacionalistas”, identificados por vezes com correntes político-ideológicas (socialistas e anarquistas). Agiam em redes de relacionamentos e promoviam congressos, conferências, imprensa operária e uma série de “rituais” como o 1º de maio. Essas experiências disseminavam um discurso articulado e modelos organizacionais. Por outro lado, afirma-se que existem indícios consistentes da presença significativa de imigrantes e estrangeiros na formação do movimento operário devido à presença significativa de patronímicos estrangeiros na composição das diretorias das associações operárias. Existia uma articulação internacional de repressão aos militantes operários internacionalistas. É possível perceber a existência de grupos de militantes que estão presentes nas diretorias de várias associações ao mesmo tempo. Também existem grupos de operários que estão presentes nas associações por um período maior de tempo.

Particularidades: é significativa a presença de artesãos no mo-

vimento operário, principalmente, na “diretoria” das associações. As evidências do movimento operário alegretense surgem em momentos onde há uma instabilidade na grande política local e Estadual. Na formação do movimento operário de Alegrete, encontra-se um número significativo de descendentes de imigrantes. A maioria dos elementos com patronímicos estrangeiros era, na verdade, natural da localidade. O movimento operário de Alegrete forma-se da combinação étnica e cultural de “nativos” e descendentes de imigrantes e estrangeiros. Se for ampliado o critério de análise, considerando “mistura étnica” além dos elementos como patronímicos e estrangeiro, somando a estes os casamentos e parentescos com imigrantes, pode-se dizer que as diretorias das associações operárias de Alegrete possuíam quase a metade de membros relacionados a processos migratórios. No final do século XIX, no início do movimento operário alegretense, aparece um grupo que já possuía uma trajetória política em outros partidos. É nítida a presença recorrente de membros de uma mesma família, no caso, três famílias (Mallamann, Bish e krug). A direção do movimento operário era composta significativamente por artesãos, aparecem alguns nomes que faziam parte da “elite” da cidade em determinado momento. Pelos números auferidos, é possível afirmar que havia cinco vezes mais chances de uma pessoa com patronímico imigrante ser membro da direção do movimento operário alegretense do que uma pessoa com patronímico não estrangeiro. Se for considerado o critério ampliado, somando membros das diretorias que possuem patronímicos estrangeiros com aqueles que são aparentados com imigrantes, as probabilidades para os que possuem patronímicos estrangeiros ou são aparentados com imigrantes aumentam, chegando a ter sete vezes mais chances de fazerem parte das diretorias das associações. Como presidentes das associações, os membros com patronímicos imigrantes correspondem à maioria daqueles que “dirigiram” as associações do movimento operário. Os operários com patronímicos imigrantes possuíam quase dez vezes mais chances de serem presidentes das associações ope-

rárias do que os que possuíam sobrenome nacional. Seja pela presença numérica, seja pelas posições ocupadas e pela atividade política exercida, é possível dizer que os operários filhos de casamentos mistos (mistura étnica) têm papel importante na formação do movimento operário aloreteense, identificando-se com a cultura e identidade internacionalista operária. Os descendentes de imigrantes elaboram a tradução da cultura internacionalista operária e criam o movimento operário aloreteense.



Figura 20 - Fonte: Ilustração feita por Rafael Mombach, especialmente para este livro.

Investigar o movimento operário em Alegrete e a presença de imigrantes possibilita conhecer um pouco da História Contemporânea, da História do Brasil, da História Regional, com destaque àquela de Alegrete. Neste município, durante a República Velha, não existiam somente “chimangos e maragatos”, existiam também socialistas e anarquistas. As comemorações e protestos do 1º de maio talvez sejam uma das tradições mais antigas da cidade. Se a grande

política era feita por coronéis e doutores, a pequena política operária era feita por trabalhadores que possuíam projetos sociais. Demonstra-se, também, a diversidade étnica e cultural na História da Campanha Sudoeste do Rio Grande do Sul e, particularmente, de Alegrete.

Ficam para o futuro estudos sobre as mobilizações dos operários, sobre a resistência dos artesãos que não eram os mais pobres, porém identificavam-se como operários e socialistas. Desejar-se-á saber como lutavam e qual a relação entre a política operária e a política partidária do município, analisando em profundidade a questão dos grupos familiares envolvidos no movimento operário e as trajetórias individuais dos militantes.¹⁷

¹⁷ CORRÊA, Anderson R. Pereira. O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010.p.196-197.

Bibliografia

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Irmãos Prunes, Alegrete, 1908.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **“Projeto e Relatórios. O Saneamento de Alegrete”**. In: Obras Completas de Saturnino de Brito, Vol, XII, Tomo 2 Tomos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina: imigrantes na sociedade Porto-Alegrense**. Porto Alegre: Ed. EST, 1991.

CORRÊA, Anderson R. Pereira. **O Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 -1929)**. Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2010

COSTA, Alfredo R. da. **Obra histórica, descritiva e ilustrada. Rio Grande do Sul (Completo estudo sobre o Estado) Volume II**. 1922. Porto Alegre: Livraria O Globo.

CUNHA, Ernesto Antonio L. **O Rio Grande do Sul: Contribuição para o estudo de suas condições econômicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância: A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 1990.

MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na Berlinda ou como cada um escreve a história?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History**. História da Historiografia. Ouro Preto. N 15. Agosto de 2014.

MARÇAL, João Batista. **Comerciários Fecham as portas para descansar: A luta dos comerciários brasileiros pelo descanso semanal**. Editora Foletras. Porto Alegre.

_____, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, s/Ed.; 2004.

PESAVENTO, Sandra J. **Os industriais da República**. Porto Alegre: IEL, 1991.

SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVA JR. Adhemar Lourenço. **A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925)**. In: e Estudos Ibero Americanos, PUCRS, v. XXII, n.02;1996.

SILVEIRA, Hermetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre, 2ª ed. Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

Sobre o autor:

Professor na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) - São Borja, Curso de Ciências Humanas. Graduado em História pela Universidade da Região da Campanha - URCAMP/ Alegrete (1999). Especialista em Gestão Educacional - URCAMP/Alegrete (2002). Mestre em História na Área de Concentração História das Sociedades Ibéricas e Americanas (PUCRS - 2010). Membro dos Grupos de Pesquisa: - Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai; - Labpoliter - Laboratório de Políticas Públicas e territórios fronteiriços. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Membro do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete (IHGA). Membro do Colegiado Setorial dos Museus do Sistema Estadual de Museus (SEM - RS).

